



Revista GERAÇÃO Z

Gênero, Identidade e Direito

- **Nasce mais um Conselho Municipal da Juventude**
- **Orientación Sexual e Identidad de Género: ¿Ejercicios y Prácticas de Dominación y Poder?**
- **A Mulher e a luta/conquista de seus Direitos: Contribuições do Feminismo**
- **Analyzing Agency and the Heteronormative Male in the Singapore Armed Forces**



- **O gênero dos Filmes**
- **Feminismo em Ascensão**
- **Juventude Alternativa**



> **Imagem da Capa por:**

Paulo Henrique Lima
Desenhista e Ilustrador

Email: illustreconcepcion@gmail.com

> Blog: <http://illustreconcepcion.blogspot.com.br/>

Editorial

“

There's nothin' wrong with lovin'
who you are
She said, 'cause He made you perfect,
babe
(...)

I'm beautiful in my way
'cause God makes no mistakes
I'm on the right track, baby
I was born this way”

Parece não caber, de forma alguma, no século em que vivemos, nenhuma forma de preconceito, racismo, homo-lesbo-trans-fobia, discriminação, violências, dentre outros. Nesta Geração atual a intolerância religiosa, por exemplo, dá margem as diferentes formas de violação de direitos. Toda e qualquer violação de direitos deve ser combatida e reprimida, não com mais violência e sim com promoção de igualdade, respeito e cidadania.

A mulher, o(a) negro, o(a) homossexual, o(a) deficiente, não-cristão(ã)... foram (e ainda são) por muito tempo sucateados em sua liberdade e em sua plenitude. Foram (e o são) rotulados(as) dos mais diversos defeitos e imperfeições, como se fossem, pelo simples fato de serem quem são, anormais. Hoje, este pensamento de que a mulher ou o(a) homossexual, por exemplo, são abjetos, ainda não deixou de existir, porém em épocas como a nossa sua prática é menos tolerável. Há muito que se fazer, mas também há muito que se celebrar. Bom seria se nenhum de nós, em nossa diversidade, não precisasse lutar para conquistar algum direito, pois eles, todos eles, não haviam sido suprimidos/negados.

O fato do(a) negro(a) há muito tempo não ser mais escravo, não significa que situação de extrema escravidão ainda tenha sido abolida. São oportunidades desiguais, salários desiguais, tratamentos desiguais em uma sociedade que cresce assombrosamente desigual. É ausência de direitos que perpassam de geração

REVISTA GERAÇÃO Z

ISSN 2317-9899

Rua Manoel A. de Almeida, 60, Centro,
Surubim/PE – CEP: 55750-000.

Home: www.revistageracaoz.com.br

Email: contato@revistageracaoz.com.br

Conselho editorial

Dayse Alvares de Moraes Silva, Denise Lopes da Silva, Paulene Almeida Rodrigues, Sage Nenyue, Luisa G. Pareja Villada.

Editor

José Aniervson Souza dos Santos.

Equipe de colaboradores

Alcebino José da Silva (SP), Douglas Ferreira dos Santos (RS), Felipe Rodrigues Inacio Oliveira (SP), Leandro Silva Vilaça (GO), Jaqueson Antonio da Silva (PE) e Giórgia Neiva (GO).

Projeto gráfico

Karina Tenório.

Diagramação

Sage Nenyue

Capa

Paulo Henrique Lima

Imagens

Sxc (www.sxc.hu)

Apoio



a geração. São diferentes negações da pessoa humana que faz crescer o ódio, a violência e o desafeto. São concepções simplistas que fazem diminuir o(a) outro(a) e sua luta. E é (ainda) numa sociedade assim que vivemos e criamos nossos filhos.

Embora toda essa divergência entre o real e o ideal seja uma realidade em nossa sociedade contemporânea, encontramos organizações e pessoas imbuídas de mudarem esse cenário de devastação da pessoa do(a) outro(a). A luta do(a) homossexual, da mulher, do(a) negro(a), do(a) deficiente, dentre outros, não pode ser encarada isoladamente e, sim, um tema que deve ser incorporado em nossas atuações cotidianas. Afinal, enquanto houver necessidade de uma só pessoa ter que brigar pelo respeito de sua identidade, é porque o conjunto social ainda não conseguiu promover o respeito em abundância.

Nesta 3ª edição da Revista Geração Z trataremos de evidenciar as relações de gênero e de identidades como uma conquista de direitos, dando ênfase em ações estratégicas que fortalecem o movimento. Propomos-nos, entre outros assuntos, a discutir a garantia de direitos e/ou a oferta deles nos dias atuais. Para isso daremos visibilidade a fala dos(as) envolvidos(as), a ciência e a comunidade.

Com esta edição, que tem como tema: Gênero, Identidade e Direito, queremos dizer que “não existe erro em se aceitar como você é, porque Deus não erra e nos fez perfeitos, somos belos em nosso próprio jeito, estamos no caminho certo, pois nascemos assim, desse jeito” (tradução nossa) (Música Lady Gaga – Born this way).

Entrem e se joguem!

> José Aniervson S. Santos /
O Editor



Licença Creative Commons

O trabalho Revista Geração Z de www.revistageracaoz.com.br foi licenciado com uma Licença Creative Commons - Atribuição 3.0 Não Adaptada.

Podem estar disponíveis autorizações adicionais ao âmbito desta licença em www.revistageracaoz.com.br.

> espaço do leitor

> apresentação

7 Presenting Generation Z Magazine

> espaço aberto

11 Nasce mais um Conselho Municipal da Juventude.

13 Feminismo em Ascensão

> trazendo ao público

16 The Story of Bobby

20 Conheça a Rede de ONG's da América Latina

24 Espaço Cultural Vila Esperança

26 Centro Estadual de Combate à Homofobia Pernambuco

> em pauta

28 Orientación Sexual e Identidad de Género: ¿Ejercicios y Prácticas de Dominación y Poder?

33 A Mulher e a luta/conquista de seus Direitos: Contribuições do Feminismo

37 Juventude Alternativa

41 ¿Por qué es tan difícil ser ante los demás lo que somos ante Dios?

45 O Gênero dos Filmes: Uma breve análise dos papéis sociais do feminino e masculino em “The Avengers” e “Breaking Dawn”

51 Un poco de historia y cultura para todos

54 Analyzing Agency and the Heteronormative Male in the Singapore Armed Forces

> papo cabeça

62 Um bate papo sobre gênero, profissão e sonhos

> *espaço do leitor*



"Like" us on Facebook – /RevistaGeracaoZ



Follow us on Twitter – @RevistaGeracaoZ

“Muito interessante o formato da revista que se preocupa em apresentar temas “polêmicos” que nos fazem refletir acerca dos direitos adquiridos e que não estão sendo cumpridos na íntegra pela constituição Federal, na Declaração dos Direitos humanos e em tantos outros documentos elaborados para a defesa do ser humano em sua totalidade.”

> Floriano Oliveira/ Anápolis-Goias

“A revista é dez, é aberta ao público jovem que precisa estar antenado no mundo, adorei por ser totalmente online, me ajuda em pesquisas escolares.”

> Catarina Almeida/Goiania-Goias

“Sou jovem que ainda não decide o que quero, estudar, faculdade, religião, e dentre outras concepções ainda não amadureci essas ideias. Estou no meu primeiro emprego, e a revista está me ajudando a criar algumas ideias. Estou querendo entrar no curso de Gestão Social, gosto das histórias, gosto de políticas. Em cada edição me surpreendo. Gostaria de ler tudo mas meu tempo é um pouco corrido.”

> Michael de Paiva Junqueira /Goias-Goias

“Sou mãe jovem, sou casada e sou estudante de Gestão de Pessoas e cada dia que leio os artigos, textos e matérias postadas no site posso estar levando para dentro da sala para discutir com colegas e professores, sensacional. Continue com este trabalho que fortalece e ajuda outros jovens.”

> Fátima Souza Santos / Anápolis-Goias

> *apresentação*

Presenting Generation Z Magazine

Generation Z Magazine is a proposed link between academic social science and everyday people in order to promote their interaction—especially regarding youth. This is an innovative proposal to invite common people to listen to others and contribute their own ideas and share their research about the things that most affect them.

While the Generation Z Magazine highlights academics, researchers, and professionals who work in various fields and are active in the areas that most affect youth, we also provide space to engage the common thinker, bringing features from the people who live in the communities and the social institutions that reside there as well.

The dialogue between people and academic social science is constant, and our intention is to show how common people produce social science in their own communities and arouse the intention of researchers to understand those uses and/or reuse of those instruments that seemed to be inaccessible to that population. In the issues of Generation Z Magazine, the reader will find papers, examples of the uses of social science in the communities, texts produced across communities, interesting information, and many other materials that will contribute to the social study of the presence of youth in con-

temporary society.

The magazine has an international dimension and publishes articles in Portuguese, English, and Spanish with the intention of reaching as many communities as possible. In addition to receiving written articles by professionals, we also publish texts written by communities, individuals, and institutions that have no mainstream institutional or academic recognition in order to convey what is produced, but might go unrecognized for any number of reasons.

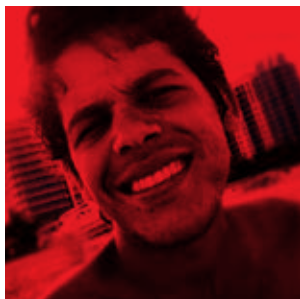
To make this project a reality, Generation Z Magazine has a group of professionals from different fields that will serve on the Editorial Board and Staff to boost the content of their publications and make every day dialogue with sectors of society closer. These professionals have the mission to extend the zeal of the content published, in addition to being a link between the social sectors and the academic

community.

Are you ready? Then open the curtains because Generation Z is going up on stage! Let the presentation begin!

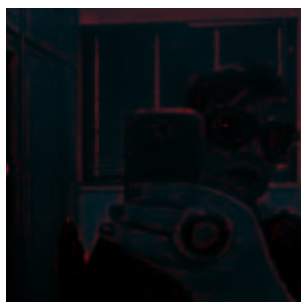
Meet the Generation Z Magazine Team.

> Editorial Board



José Anierivson S. dos Santos / Brasil. Possui licenciatura em Ciências Biológicas pela Universidade de Pernambuco – UPE e pós-graduação em Juventude no Mundo Contemporâneo pela Faculdade Jesuíta de Filosofia e Teologia – FAJE. Tem experiência na área de ciências sociais, com ênfase em juventude e em políticas públicas. Foi o primeiro Diretor Presidente do Instituto de Protagonismo Juvenil – IPJ (2010 – 2012). Escritor e Conferencista. Possui experiência de voluntariado na África.

> Email: aniervson@gmail.com



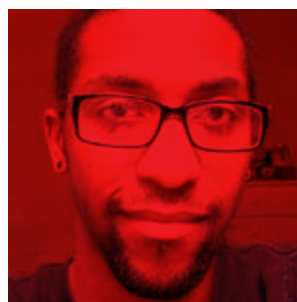
Dayse Alvares de Moraes Silva / Brasil. É coordenadora do Coletivo Utopia21, consultora de EAD no Instituto de Protagonismo Juvenil e Designer Instrucional na Educmedia. É mestranda em Tecnologias da Inteligência e Design Digital pela PUC/SP, tutora, ciberativista e blogueira.

> Email: utopia21@gmail.com



Paulene Almeida Rodrigues / Brasil. Possui Licenciatura em Pedagogia e especialização em Psicopedagogia Clínica Institucional pela UEG. É tutora presencial do curso de Licenciatura em Pedagogia da UnB/UaB. Atuou nos projetos sociais alfabetização solidária, Brasil alfabetizado e projeto vaga-lume. Foi professora de EJA e tutora presencial do curso de Aperfeiçoamento em Educação para as Relações Étnico-raciais promovido pelo Centro Integrado de Aprendizagem em Rede (CIAR) da UFG. É aluna do curso de especialização em metodologia do ensino fundamental (UFG). Possui Cursos de extensão nas áreas de Planejamento em EAD pela Universidade Suldamérica; Atendimento Educacional Especializado pela UEG; Educação Inclusiva pela Faculdade Delta; extensão universitária em Bullying e em Educação para a Tolerância.

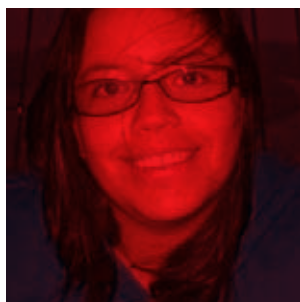
> Email: paulene-almeida@hotmail.com



Sage Nenyue / EUA. Has a Bachelor's degree in Communication Studies from The College of Wooster, a small liberal arts institution in Ohio, United States. His senior Independent Study project allowed him to travel to Seoul, South Korea, where he investigated education and civic engagement for his student magazine. He is currently working on his

organization ModernMo, a resource for travel and culturally-inclined LGBTQ youth.

> Email: sage@sagesaturn.com



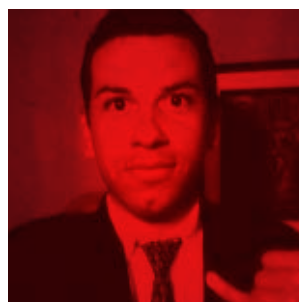
Luisa G. Pareja Villada / Colombia. Politóloga graduada de la Universidad Nacional de Colombia en 2011. Entre mis mayores intereses se encuentran las relaciones internacionales, cooperación, desarrollo y empoderamiento de las comunidades de base y cómo se puede dar la articulación de dichos procesos en redes horizontales. Le encanta el trabajo con comunidad y por ello ha realizado trabajo voluntario en Colombia en 2011 y en Mozambique en 2012. Actualmente trabaja para la Secretaria de Educación Distrital de Bogotá en temas de Participación y Convivencia Ciudadana.

> Email: luisita7@gmail.com

do Ensino Fundamental na Rede Municipal de Marília. Durante os anos de 2011 – 2012 foi Secretária Municipal da Juventude de Marília e atualmente é Professora Alfabetizadora do Ensino Fundamental da Rede Municipal de Ensino de Marília e membro do IPJ – Filial Marília (Unidade Marina Ravazzi).

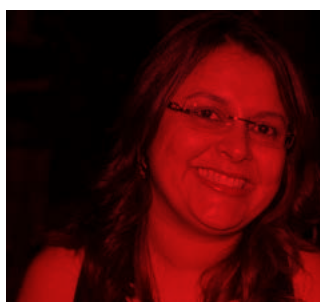
> Email: dennyselopes@gmail.com

Staff Team



Alcebino José da Silva/SP. Faz parte do Conselho Municipal de Juventude na cidade de Sud Mennucci/SP, onde também atua como conselheiro municipal de Meio Ambiente e de Bairros. Atualmente é coordenador da região Araçatuba pelo Lambda.

> Email: alcebino.silva@ig.com.br



Denise Lopes da Silva / Brasil. Foi educadora de rua via CMDCA (Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente) de Marília/SP e depois educadora social na Casa do Pequeno Cidadão (Prefeitura de Marília) e no Projeto “Procria” da Associação de Moradores da Vila Barros – periferia de Marília. Atuou como Professora de Ensino Fundamental (1ª a 4ª série) e Professora Coordenadora



Douglas Ferreira dos Santos/RS. É militante da Pastoral da Juventude (PJ), educador e coordenador do Curso Popular Pré-Universitário/Up nas disciplinas de História e Atualidades.

> Email: douglas.ferreiradosantos@gmail.com



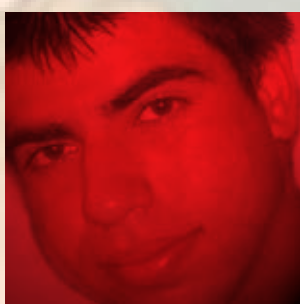
Jaqueson Antonio da Silva/PE. É estagiário do Tribunal de Justiça de Pernambuco e foi coordenador da Pastoral da Juventude na Diocese de Nazaré/PE. Atualmente é integrante do Grupo Diversidade da Unicap.

> Email: jaquesonsilva.direito@gmail.com



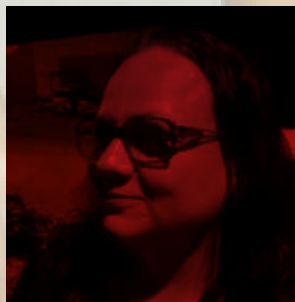
Leandro Silva Vilaça/GO. Possui formação em lideranças juvenis e foi colaborador da Casa da Juventude Pe. Burnier/GO (CAJU) e coordenador do curso de Liderança Juvenil. Atualmente é assessor de grupos juvenis em Goiás.

> Email: leandrojunqueira15@hotmail.com



Felipe Rodrigues Inacio Oliveira/SP. Pesquisador no projeto sobre Juventudes e Participação na Construção de Políticas Públicas no Projeto Técnico Científico da Etec Polivalente, Americana/SP. Escritor do "Projeto 365".

> Email: feeh.rodriqueso3@gmail.com



Giórgia Neiva/GO. Mestranda no programa de pós-graduação em Antropologia Social pela Universidade Federal de Goiás (2012), linha de pesquisa Corpo, representações e marcadores sociais da diferença. Graduada em Psicologia pela PUC-GO (2003). Tem experiência na área de Psicologia, com ênfase em Psicologia Clínica, Psicanálise e Supervisão Clínica. Tutora em EaD pelo Coletivo Utopia 21. É membro da Rede de Educadores em Museus - Goiás (REM-GO) e pesquisadora do Ser-Tão - Núcleo de Estudos e Pesquisas em Gênero e Sexualidade da UFG. Tem curso de Fotografia pela PUC-GO e nas horas vagas escreve contos.

> Email: giorgianeiva@gmail.com

CONSELHO MUNICIPAL DA JUVENTUDE DO CAPÃO DO LEÃO



No ano de 2004 a Pastoral da Juventude começou as reflexões nas atividades da Semana da Cidadania sobre a importância de um Conselho Municipal da juventude em Capão do Leão com o objetivo de ampliar os trabalhos com os jovens fiscalizando e proporcionando as realizações das demandas desta parcela da população leonense. Junto com o então ver. Mauro Nolasco (PT) em meados de 2008, a Pastoral da Juventude protocolou o projeto de criação do conselho na câmara de vereadores.

Desde o ano passado foram retomadas as reflexões sobre o conselho. Neste ano com a posse dos vereadores pelo partido dos trabalhadores Marco Aurélio e Hélio do Bicca que novamente protocolaram o projeto e gentilmente cederam para a Pastoral da Juventude que junto com outras organizações tornou realidade essa necessidade do município.

O Comjuv foi aprovado pelos vereadores e sancionado pelo prefeito no dia 02 de agosto do corrente ano. No dia 27 do mesmo mês foi realizado o fórum que escolheu e empossou os conselheiros. O Comjuv é um órgão fiscalizador, deliberativo e normativo composto, atualmente, por 9 conselheiros. A cada três representantes da sociedade civil, um é indicado pelo prefeito.

A primeira gestão tem como presidente o jovem Douglas Ferreira dos Santos, militante da Pastoral da Juventude conselheiro pelas entidades religiosas; Vice presidente Cristoni Costa conselheiro pelos partidos po-

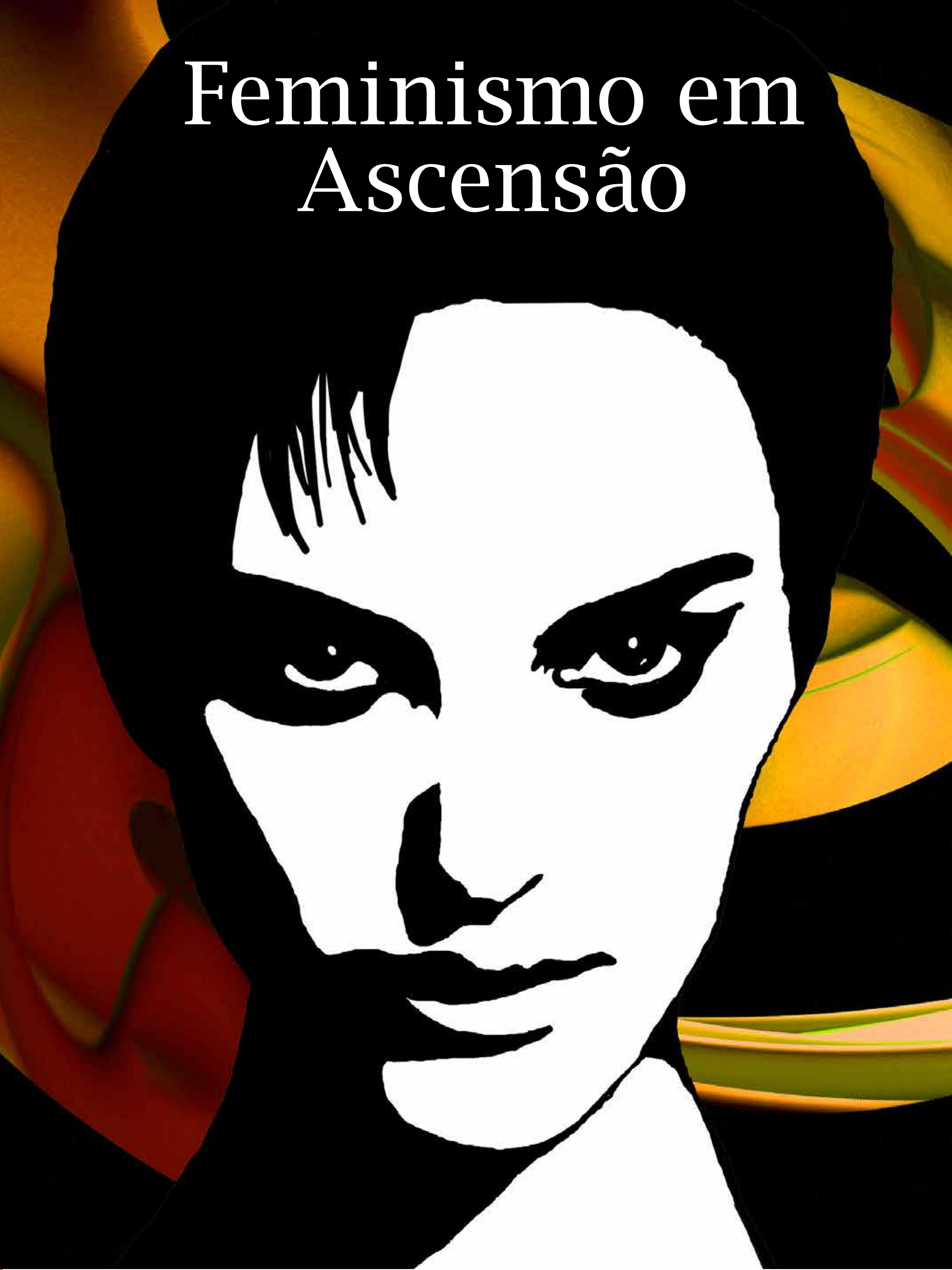
líticos; Leticia Affonso indicada pelo prefeito é a secretária; Samanta Manke vice secretária, conselheira representando a comunidade civil.

O comjuv optou pela metodologia de grupos de trabalhos com o intuito de incluir os conselheiros suplentes e os jovens da comunidade. São eles: GT da Diversidade, GT do Esporte, GT da Cultura e Lazer, GT da inclusão Rural, GT da Educação e Pesquisa e GT de Formação Política. Estão representadas no conselho as associações, juventudes do campo, entidades culturais (CTGs), entidades religiosas, partidos políticos e sociedade civil. Todas essas organizações desenvolvem alguma atividade para/com/pela juventude.

- > Igor Vianna/
Conselheiro pelas associações - Comjuv - Capão do Leão/RS
- > Email: igorviannars@yahoo.com.br



Feminismo em Ascensão



As mulheres conquistaram inúmeras vitórias desde que descobriram o seu poder de participação na sociedade, como o direito ao voto, os direitos trabalhistas e até a igualdade jurídica. Embora a quantidade de esposas submissas aos maridos seja inferior comparada a dos séculos passados, as diferenças entre homens e mulheres ainda não foram completamente sanadas. Ainda hoje, as feministas lutam pelos seus direitos inquestionáveis diante dessa guerra de gêneros.

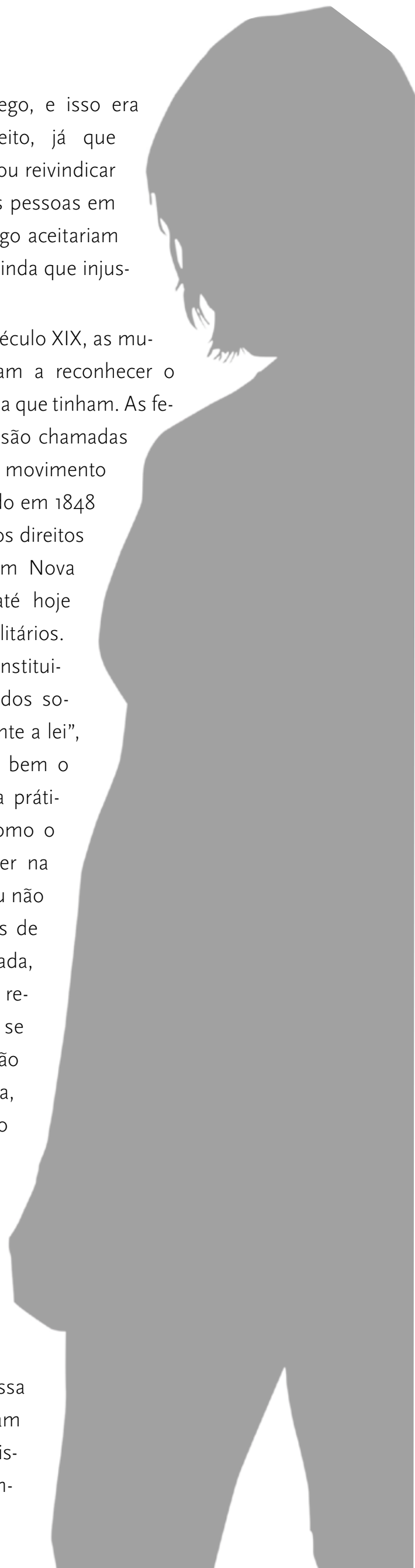
A visão que a sociedade tinha da mulher nos séculos passados era a de sexo frágil e submisso. Elas eram condicionadas a viver no lar, cuidar da casa e dos filhos, sem acesso à educação básica. Viviam às custas do pai e posteriormente do marido, não saíam de casa com frequência, e possuíam o único papel de exibir-se como pessoa exemplar e religiosa, modelo ideal de esposa cultivado por muito tempo.

Esse comportamento superior do homem em relação à mulher nem sempre existiu, uma vez que há registros de que na pré-história as mulheres eram divinizadas pelo complexo de dar à luz, fato esse incompreendido e inacessível aos homens. Ginecocracia é um dos termos para resignar essa organização matriarcal. Depois disso, as mulheres passaram a serem vistas como objeto para fins meramente reprodutivos e sexuais, sendo consequência deste fato, ao contrário de hoje, o padrão de beleza que incluía as mulheres gordas como símbolo de aptidão reprodutiva e fartura. Com a mudança de hábito provocada no período Neolítico, o sedentarismo tornou-se modo de vida e as primeiras civilizações surgiram acompanhadas da divisão de tarefas por gênero: mulheres faziam a comida, teciam linhas e cuidavam dos filhos, enquanto que os homens praticavam a agricultura e caçavam, na condição de provedores do sustento e chefes de família.

Com a chegada da Revolução Industrial no século XVIII, as mulheres começaram a trabalhar fora de casa. Em virtude do sexo, trabalhavam mais e recebiam salários inferiores ao dos homens. Os donos das indústrias alegavam a menor força física para

exercer o emprego, e isso era comumente aceito, já que era inviável sair ou reivindicar algo, pois outras pessoas em busca de emprego aceitariam essa condição, ainda que injusta.

Por volta do século XIX, as mulheres começaram a reconhecer o seu valor e a força que tinham. As feministas, como são chamadas as ativistas do movimento feminismo, criado em 1848 na convenção dos direitos das mulheres em Nova Iorque, lutam até hoje por direitos igualitários. A nossa atual constituição diz que “todos somos iguais perante a lei”, mas isso não é bem o que acontece na prática. Decisões, como o direito da mulher na escolha de ter ou não o filho em casos de gravidez indesejada, ainda não foram resolvidas, como se a decisão final não fosse da mesma, que é dona do próprio corpo e indivíduo independente. “A gente acha que mudou, mas os homens ainda não aceitam nossa inclusão”, afirmam algumas feministas. E as mudan-





ças são vagarosas, de fato.

No Brasil, o voto feminino foi reconhecido apenas em 1932 no governo de Getúlio Vargas. Foi uma grande conquista para as elas, embora tenha sido seguida de uma grande opressão pelo Estado Novo. Mesmo assim, a conquista não foi completa, já que apenas mulheres casadas autorizadas pelo marido, viúvas ou solteiras com renda própria podiam votar. As mulheres conquistaram o voto pleno em 1934 e em 1946 o voto feminino passou a ser obrigatório.

Recentemente, feministas e até mesmo homens de todo o país têm ido às ruas protestar por mais igualdade de gênero em protestos intitulados como “A Marcha das Vadias”, com faixas com dizeres como “Nem santa, nem puta”. Elas protestam contra o machismo, a misoginia, a criminalização do aborto

e a opressão que sofrem. Com isso, o feminismo vem ganhando cada vez mais adeptos, visto que o movimento é necessário, já que preza a igualdade de gêneros que é um dos pilares fundamentais para manter uma sociedade em harmonia.

> Roberto Gomes B. Filho /
estudante de Ensino Médio.

E-mail: robertobleto@hotmail.com

A close-up photograph of three purple sneakers with white soles. The laces are made of a wide, flat material in various colors including red, orange, yellow, green, blue, and purple, creating a rainbow effect. The shoes are arranged in a row, slightly overlapping.

> trazendo ao público

The Story of Bobby

Hi! My name is Bobby. I am a fairly ordinary college student who also happens to be a transgender woman.¹ My gender is only one facet of my personal identity, but it is responsible for far more friction than my identity as a nerdy college student; gender is not something you just decide to sign up for one day. So how did I come to understand myself as a woman?

When people think of trans women, they split

¹ Traditionally: when a person's gender identity does not match the one they have been regarded as since birth.

us into two camps: the True Transsexuals and the Fakers. True Transsexuals have known since they could talk that they were girls and are the perfect picture of femininity, never so much as touching a toy dump truck; these ideal types are exclusively attracted to having sex with men in a traditionally heterosexual way and despise their birth genitalia. On the other hand we have the Fakers, cross-dressers whose gender discomfort starts around puberty and who still partake in masculine hobbies; these men are sexually aroused by the idea of being a woman yet exclusively

attracted to having sex with women in a traditionally heterosexual way. Despite their origins in outdated pseudoscience, I have struggled with judging myself according to these hugely problematic narratives ever since I learned what “transgender” means.²

See, I was never a textbook transsexual. For one thing, I’m pansexual — a story for a different time. For another, I certainly can’t remember as a child asking God to remove my penis and I have no desire for sexual reassignment surgery now. There are only a handful of times I can remember really thinking about gender when I was very young: once, when I was astonished to learn that my babysitter was a boy — with long hair! — and at least one other time “tucking” myself for the sake of hilarity. I wore pink pajamas, played with toy trains, and didn’t think anything of it.

Moving on to elementary school, I was an awkward, skinny child with an obsession with Star Wars. I had very poor self-esteem, and very early on I became depressed. But even then, gender didn’t seem like a big deal. Sure, I was called all manner of synonyms for “not manly enough,” and the topic of sex was now engrossing, but I rarely imagined myself as a girl. Sometime around seventh grade, I started listening to rock music in an attempt to fit in, but ended up developing a real appreciation for it. At my first concert I was struck with a revelation, much like seeing my babysitter ages past, that boys could have long hair. Until this point, I buzzed my hair every summer — but no longer. I drew a line in the sand and began wearing my hair long. I’m not sure exactly what was so attractive to me about it, but I knew I had to grow my hair out.

So I was a boy with long hair. Big deal. People seemed generally able to move past their sexist presumptions, and all of the reasonable people I knew were okay with it until high school, when I delved into punk and goth music and experimented with ma-

keup (and let’s be honest, bad clothing). Naive and not-yet-crushed, I timidly strove to “find myself.” The images I drew inspiration from were anti-authoritarian, the aesthetics of outlaws, and brought me face-to-face with real intolerance from my largely conservative Christian peers. The bigoted harassment and hostility ramped up, often from adults and often directed at my parents: “they are such bad pa— I mean, misguided people to raise such a— a nice young boy with a rebellious streak.” For the most part, my “acting out” was totally harmless and personal, yet it deeply offended some and seemed to make them extremely uncomfortable. I was lucky enough to avoid physical assault, however, unlike many trans people.

Around age 15, I discovered transgender discussion forums and was as attracted to the idea as I was to long hair. My deep introspection continued, expanding into investigation of my gender identity. I began privately identifying as genderqueer³, because even before I had discovered “transgender,” my earlier experiences had shown the gender binary to be a sham. I wore nail polish regularly, causing headaches for my parents, which led to some hurtful conversations. Buying clothing became nothing short of torturous: searching for feminine clothes that I liked and fit my body was a long series of frustration and disappointment, instilling in me the feeling that my body wasn’t “good enough,” making me extremely self-conscious, and often leading to tears. I became intensely afraid of aging; it would be unfathomable to look more like a man than the androgynous middle ground I occupied. More and more, I wanted to take hormones to prevent this from happening.

But, I told myself, referring back to the taxonomy, I obviously wasn’t a real transsexual. Yet transitioning to life as a woman continued to occupy my thoughts. I spent a year and a half in high school trying never to think about being a girl, and it was a miserable failure. But still, I knew I would be going

2 Note: this is not intended to denigrate people whose experiences fit the narrative.

3 Neither male nor female.

off to college soon, so I held off on the hard stuff — buying hormones, coming out — for when I had more autonomy. I thought college would be an oasis of queer acceptance and self-confidence, where I could reinvent myself to my peers, but my expectations were unreasonable; in reality it was where I was called a “faggot” for the first time in years and groped for the first time in my life. Although depression had been a near-constant up until then, it nearly crushed me in college; suicide replaced gender as the buzz that was always at the back of my mind. My gender issues, not magically resolved, piled onto the stress of classes, a new living space, and new people; I became half-hearted at reinventing myself or transitioning because it seemed completely hopeless.

Still, as they say, it got better. I got into a relationship with an immensely supportive and challenging person and began sorting out my issues. I went to *Rocky Horror* flamboyantly en femme and was met with an overwhelmingly positive reaction, and over time my self-confidence and self-respect improved to the point where I openly identified myself as queer. But my body’s clock kept ticking. My hairline began to recede, my face to sharpen, my body fat to rearrange itself; everything I had been so terrified of was finally happening. I decided to self-medicate with hormones, which was fantastic for six months until, lacking validation from a therapist and professional oversight, I panicked and stopped.

Through it all, I didn’t feel able to claim womanhood for myself. Between the absurdity of the binary gender system, the pathologizing narratives of the True Transsexual and the Faker, and the depression, I couldn’t quite find the confidence or self-respect to call myself a woman. Who was I kidding? I read some philosophy and some Buddhism and then I wasn’t even sure I existed. And yet, the feelings persisted: my face is not how it should look. My body is not how it should look. My clothing is not how it should look. I’m not sure exactly when it happened, but something snapped and I decided I

didn’t care anymore whether I was crazy or stupid or what. I was a trans woman.

I still couldn’t face up to my family, terrified of their reaction. I became a little more open with sharing things on Facebook, hoping they would get the idea without an explicit talk. Ultimately, I got up the courage to ask my loved ones to call me by female or gender-neutral pronouns, but I still haven’t visited a therapist or officially “come out.” My story is not at a tidy conclusion. I still struggle with depression, gender dysphoria⁴, and the daily hell of other people. But it is still a story, one with more truth to it than any cookie-cutter narrative that puts people like me into manageably inhuman boxes. The pain and confusion involved with forging my own path are a small price to pay for living authentically.

So why am I trans? What does it mean? My best answer right now is I don’t know. To me, being transgender means being willing to say I don’t know why I feel this way, I don’t know why I’m doing this, I don’t know much of anything — but I do know that I deserve respect, and I do know that my quest for happiness will not be cut short by the hateful words or the long stretches of hopelessness. The spots of light, like when my dad uses my preferred pronoun or I proudly wear a skirt in public, provide stars to guide myself by. Being trans is a process more than a state, and I don’t know if it will ever come to an end.



> Bobby P. / College of Wooster, majoring in Philosophy and Computer Science.
E-mail: pnpplpnppl@gmail.com

⁴ A catchall term for gender-related discomfort experienced by transgender people

summer nights
sweet delight
neon lights in the distance
believe me, i see them too.
feel the world?
it's standing still
and the neon lights in the distance
exhale, don't forget to exhale.

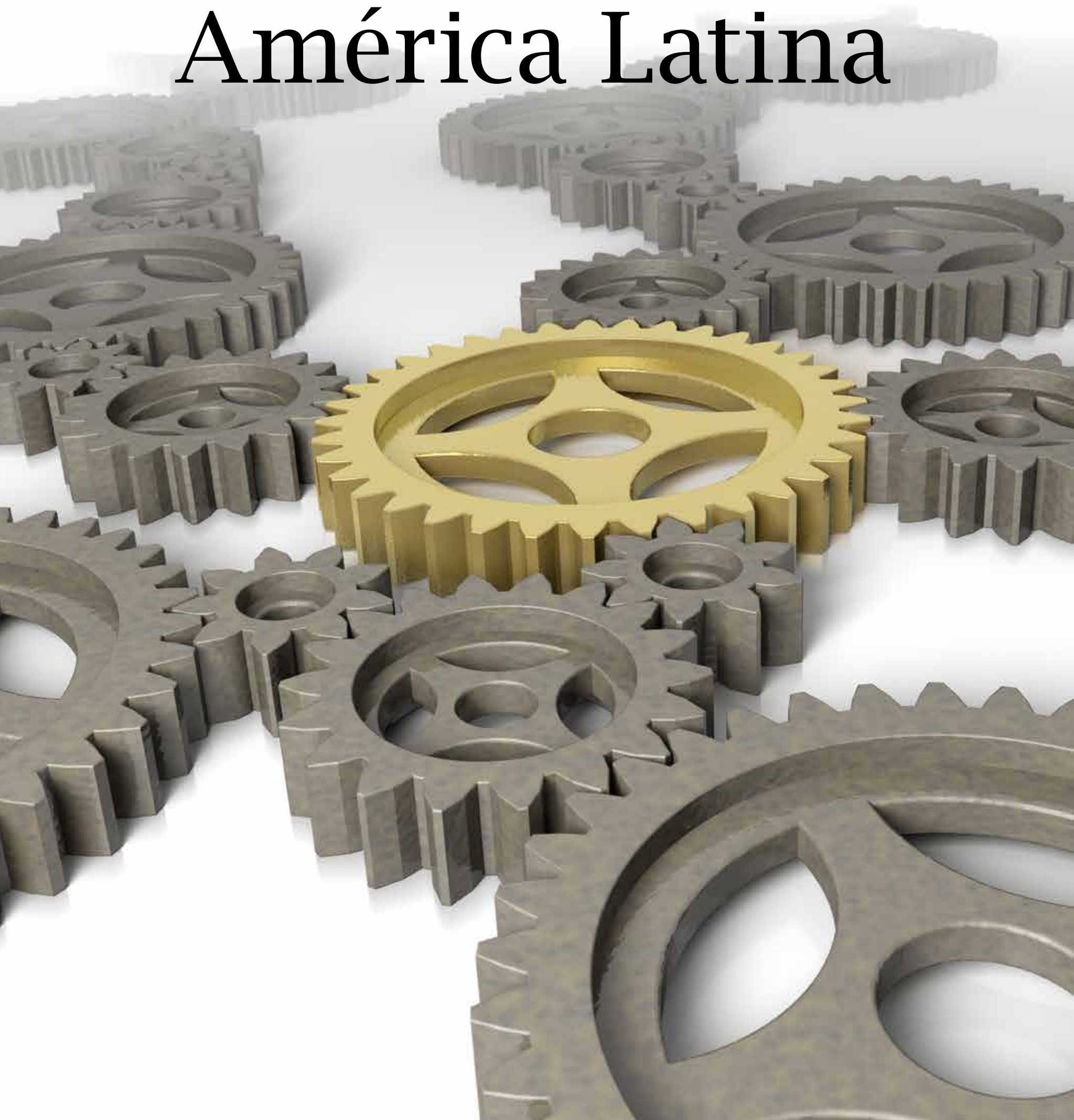
i know this is it
strange constellations
a dose of sweet temptation
light your cigarette and smile
hold me down
tell me that you love me
i know that you dont love me
but i like to believe that you try
i know this is it
strange constellations
the world is your creation
and we like to believe we can fly.

then the dawn arrives
we kiss good-bye
neon lights they still glisten
believe me, im still with you.

you know this is it
plain conversations
im high with out direction
light your cigarette and smile
hold my head
tell me that you love me
do you think that you could love me ?
even if i didnt try
yes, this is it
my world was your creation
i fly with no direction
light your cigarette and smile.

> By Renee Moreira./
reneemoreira@yahoo.com

Conheça a Rede de ONG's da América Latina



A Rede de ONGs da América Latina é uma instituição independente, soberana, formada por mais de trinta ONGs da região, que trabalha em parceria com Governos, Empresas e Fundações de diferentes partes do Mundo com a finalidade de contribuir e melhorar a sociedade onde moramos.

Nossas atividades são desenvolvidas em áreas de trabalho como por exemplo: Juventude, Governos e Eleições, Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, Povos Originários, Relações Internacionais e Cooperação Internacional, Educação, Direitos Humanos e Sociais, entre outras. O nosso principal objetivo é gerar ações concretas que possibilitem mudanças na vida das pessoas da nossa terra que é a América Latina toda.

O início da Rede foi no ano 2008 à iniciativa de Sebastian Baldunciel que apresentou o projeto em um programa de Intercâmbio entre “Partidos Políticos e Sociedade Civil no Mercosul”, da Fundação Konrad Adenauer no Rio de Janeiro. Naquele momento formou-se a Rede de ONGs do Mercosul e no final do ano 2012, decidimos como Junta Executiva ampliar as ações a toda América Latina.

Somos uma organização sem fins lucrativos, integrada por diversas ONGs, de caráter suprapartidária, que promove a integração regional, o debate de ideias, articula entre os atores sociais eventos para que logo surjam projetos de políticas públicas a serem executadas num território determinado.

Desde o nascimento da Rede, buscamos convidar a ONGs de pequeno ou mediano porte e sobre tudo que tenham a sede central em cidades do interior de cada País, para ter representatividade territorial na composição da Junta Executiva Regional. Ademais acreditamos que trabalhando em rede, as ongs obtêm um impacto maior nas atividades e podem divulgar suas ações massivamente em jornais, pela internet, rádio e TV. Também trabalhamos intercambiando ideias, contatos, partners e sponsors, para conseguir o sucesso dos projetos das atividades locais de cada ONG ou quando fazemos algo em con-

junto e internacional.

Para dar só dois exemplos de como pode ser bom trabalhar em rede, no ano 2009, amigos da Venezuela pediram ajuda por ter companheiros presos políticos na cadeia em Caracas. O Governo da Venezuela não aceitava ter perdido a eleição local na Capital e mandou para a cadeia a alguns políticos da oposição, além de não deixar ingressar ao Cabildo Metropolitano de Caracas aos empregados e políticos da oposição ao Chavismo.

Nós como Instituição independente, não apoiamos a Partido Político nenhum, em particular, mas defendemos a Democracia e a Liberdade como sistema de Governo na Região, neste contexto decidimos atuar e logo de diferentes reuniões com Deputados Argentinos e Brasileiros, conseguimos a liberação dos políticos opositores na Venezuela:

Outro exemplo de nossas atividades pode ser quando organizamos o evento de “Juventude e Integração Regional” na cidade do Rio de Janeiro, no ano 2010. Feito na Câmara Municipal da Cidade, participaram Diplomatas, empresários, professores, Vereadores, e ONGs. O evento mesmo saiu ao vivo na TV Câmara durante as 4hs que durou, logo desse encontro de lideranças surgiu uma grande força para o projeto de Lei Federal do “Estatuto do Jovem no Brasil”, e a criação da área de Juventude dentro do Mercosul.

Ademais os assistentes falaram da atualidade regional em assuntos de integração e fizeram-se propostas para melhorar a relação com os Países vizinhos do bloco, como por exemplo o ensino dos idiomas que se falam no Mercosul, em todas as escolas públicas da Região, entre outras propostas importantes.

Todos os participantes coincidiram no conceito de que as rivalidades entre os sul-americanos ficaram no passado e agora é o momento de trabalhar juntos para desenvolver nossas sociedades e ser um continente mais igualitário e independente. O mesmo

evento foi feito em diferentes cidades: Montevideu, Mérida, Córdoba e Buenos Aires, além do principal no Rio de Janeiro.

ONGs Integrantes da Rede neste ano 2013:

- Instituto Venezolano de Estudios Sociales y Políticos (Venezuela)
- Centro de Estudios Nueva Generación (Uruguay)
- AMPARARTE (Argentina)
- IBPJ (Instituto Brasileiro de Políticas de Juventude (Brasil)
- Instituto de Investigaciones para Políticas Públicas (Argentina)
- Asociación Red de ONGs de Guayaquil (Ecuador)
- Acción & Desarrollo (Paraguay)
- CEAMSO (Centro de Estudios Ambientales y Sociales. (Paraguay)
- Asociación Civil Centro de Estudios para la Integración Latinoamericana (Argentina)
- FEDEM (Federación de Entidades Vecinalistas, Paraguay)
- FUNDACIÓN REDES PARA EL DESARROLLO (Argentina)
- Cátedra de la Paz (Venezuela)
- Centro Social y Cultural 14 Bis (Argentina)
- Pensando O Brasil (Brasil)
- Instituto Villanueva Saravia (Uruguay)
- Centro de Investigación y Capacitación de Emprendedores Sociales (Argentina)
- Sinergia (red de organizaciones civiles de Venezuela)
- OAJNU Organización Argentina de Jóvenes para Naciones Unidas (Argentina)
- Asuntos del Sur (Argentina)
- Universidade da Juventude (Brasil)
- Fundación Generación Ciudadana (Argentina)

- ORPAS (Brasil)
- Más Sociedad (México)
- Fundación Ideas (Honduras)
- FUNDACION SALVADOREÑA PARA LA INVERSION SOCIAL Y DESARROLLO AGRICOLA, “ FUNDISSA “ (El Salvador)
- Brigada Hip Hop (Brasil)
- CENEGRI (Brasil)
- Esfera Pública (Argentina)
- Fundación Juvenil de América (Rep.Dominicana)
- Fundación Internacional para el Desarrollo de Gobiernos Confiables (México)
- Brasil Eu Acredito (Brasil)
- Seyfa (Peru)
- ENO (Brasil)
- Fundação Pro Cerrado (Brasil).

Neste contexto que estamos participando de um processo de integração regional inédito em Sul América, pensamos em criar uma rede de centros educativos para colaborar e trabalhar juntos em áreas sensíveis. A integração tem que ser impulsada também pela sociedade civil e não só pelos Governos. As pessoas devem pedir, desejar, e fomentar a integração regional através de diversas áreas, desta maneira vamos a conseguir interagir melhor e vamos solucionar nossos problemas sociais e estruturais.

Na área de Educação temos que investir muito para desenvolver o sistema de nossos Países, a qualidade tem que ser mais avançada, as Universidades devem ser para qualquer pessoa e não para os ricos, porque o único caminho que tem o nosso continente para sair da pobreza e das profundas desigualdades econômicas e sociais que o sistema capitalista latino americano ré produz ano a ano, e por meio da educação.

Dentro da estrutura da Rede de ONGs da América Latina, estamos formando a área de Educação, vários integrantes da Junta Executiva participam em

algum Centro Educativa como Professores ou Pesquisadores, e sabemos a importância da cooperação internacional nesta área.

A Rede de ONGs da América Latina é aberta e qualquer pessoa/organização pode participar.

Sejam bem-vindos!



> Contato:

Rede de ONGs da América Latina

www.americalatinaongs.org / E-mail: info@americalatinaongs.org

Twitter: @AmricaLatinaONG / Facebook grupo público: <https://www.facebook.com/groups/225512477550061/?fref=ts>

PARTICIPE DA PRÓXIMA EDIÇÃO DA GERAÇÃO Z

A Revista Geração Z
terá como tema da próxima edição:

Juventude e Gritos Urbanos.

Se você gostaria de publicar um artigo, poema, crônica,
histórias em quadrinhos, fotografias, etc.
que estejam relacionadas com o tema entre em con-
tato conosco até o dia 31 de dezembro.

Maiores informações em :
www.revistageracaoz.com.br





Espaço Cultural Vila Esperança

Vivências Culturais – Ojó Odé e
Porancê Poranga

O Espaço Cultural Vila Esperança foi fundado em 1994 na cidade de Goiás antiga capital do mesmo estado, visando a conquista da cidadania a partir da educação, da cultura e da arte. Desenvolve atividades direcionadas a crianças, adolescentes e jovens de baixa renda, para a apropriação e valorização das origens africanas e indígenas do povo brasileiro.

O Espaço Cultural Vila Esperança é uma Associação sem fins lucrativos construídos pelos fundadores com seu patrimônio pessoal e ajuda solidária de amigos. Não mantém convênio com nenhuma entidade ou órgão governamental sendo sustentado pelo trabalho profissional do Grupo-Circo. Conta ainda com o apoio temporário de pequenos grupos que solidariamente ajudam em parte da manutenção geral.

No espaço Cultural Vila Esperança funciona a Escola Pluricultural Odé Kayodê.

A idéia começou a tomar forma em 1995, hoje uma escola com rosto latino-americano e uma escola “pública” eficiente.

A escola desenvolve o projeto Vivências culturais.

Beneficiados Diretos: 3.000 crianças, adolescentes e jovens, de 6 a 29 anos

Beneficiados Indiretos: 2.000 educadores, professores, familiares e comunidade.

O Projeto Vivências Culturais valoriza a pessoa através de suas próprias origens. O projeto é formado por dois módulos: a Vivência Cultural Africana e Afrobrasileira – Ojó Odé, com oficinas de estética afro (penteados, amarração e adornos), capoeira angola, dança afro, samba de roda, percussão, canto, culinária, tecelagem, cerâmica e máscaras, batik, roda de filosofia, língua yorubá e bantu, jogo do Wari; e a Vivência Cultural Indígena – Porancê Poranga, com oficinas de trançados em palha, grafismo indígena e pintura corporal, culinária, cerâmica, criação de instrumentos musicais

(maracás), estética (iguará poran) e adornos (colares, cocares e braçadeiras), brincadeiras, língua (Tupi Guarani), canto e danças indígenas.

A arquitetura da “Vila” continua em sua mistura cultural e passa do colonial português a uma cabana africana (Quilombo, sala de laboratório teatral), a um pequeno Castelo europeu, do Circo à Corincha (“Casa do Sol”), do fantasioso Jardim das Formas (Espaço Geométrico) ao colorido e amado



Parquinho e “Bosque das Aventuras”. Tudo é uma tentativa de propor a “unidade que respeite as diferenças”, o grande desafio para a construção de democracia, nossa grande Esperança.

Aldeia – É composta por cabanas levantadas segundo as técnicas de construção originais (pau a pique, adobe, tijolo e pedra) cobertas, originalmente, com palha de buriti. Faz referências às habitações indígenas e africanas. Neste espaço são realizadas as oficinas com as crianças.

> Fonte: http://www.vilaesperanca.org/?page_id=6

> Lucia Agostini

Diretora Financeira da Associação

Espaço Cultural Vila Esperança



Centro Estadual de Combate à Homofobia Pernambuco

As diferentes formas de discriminação contra Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais (LGBT) fazem da homo-lesbo-transfobia uma das realidades que mais fortemente resiste e desafia o mandamento constitucional e a agenda dos governos federal, estaduais e municipais no nosso País.

A homofobia pode acontecer no próprio seio familiar, na escola, na vizinhança, na igreja, no local de trabalho, nos bares e restaurantes, nos estabelecimentos de saúde, na rua.

Assim, a preocupação do Governo de Pernambuco com a edificação de uma sociedade mais justa e igualitária, livre de todas as expressões de preconceito e discriminação, guarda capítulo importante, entre as diversas ações, na implantação do CENTRO

ESTADUAL COMBATE À HOMOFOBIA – CECH, inicialmente executado em parceria com o Governo Federal e ONG Movimento Gay Leões do Norte – hoje, com financiamento total do governo de Pernambuco.

O CECH visa combater a discriminação e a violência contra LGBT e promover a cidadania desta população em todo território pernambucano. Integra o Sistema Estadual de Proteção a Pessoas, garantido pela Secretaria Executiva de Justiça e Direitos Humanos e pela Secretaria de Desenvolvimento Social e Direitos Humanos.

Presta apoio especializado por Advogado/a, Assistente Social e Psicólogo/a, com a finalidade de acolher e orientar LGBT e familiares em situação de

homo-lesbo-transfobia; além de apoiá-los em situação de crise, por solidão, processos de descoberta, medo, homofobia internalizada, rejeição familiar, casamento, inserção no mercado de trabalho, transgenitalização, entre outras demandas oriundas do contexto de vulnerabilidade social LGBT.

Para a promoção do respeito à diversidade sexual e ao enfrentamento das várias formas de violação dos direitos humanos, o CECH também

Assim, o CECH se apresenta atualmente como principal referencial de atendimento aos/às cidadãos/ãs que buscam no Estado suporte para a minimização das consequências da homofobia.

Em 2012, cerca de 100 pessoas procuraram o CECH para apoio especializado decorrente de homo-lesbo-transfobia ou outra demanda LGBT. O atendimento das/os nossos/as profissionais deu conta de uma realidade em que é inegável a existência da homofobia.

E, tendo em vista que orientação afetivo-sexual, diferenças sexuais, homofobia, identidades de gênero, papéis de gênero, são temas pouco debatidos, para combater o preconceito e a discriminação foi preciso ultrapassar o âmbito do apoio individualizado, atuou-se, também, na facilitação de momentos formativos (rodas de diálogo, fóruns, seminários, oficinas etc.), atua na facilitação de momentos formativos, mobilizando e sensibilizando a rede de proteção e serviços públicos do Estado para o atendimento às demandas LGBT.

O número de pessoas alcançadas pelo CECH em mobilizações, sensibilizações, formações e divulgações em 2012 foi de 4.140 pernambucanos/as.

Desenvolveram-se atividades em todas as regiões de desenvolvimento do Estado de Pernambuco, destacando-se a participação do CECH nas Semanas de Direitos Humanos, II Jornadas dos Direitos Humanos e Seminários regionais e Estadual do CECH, que acompanharam o canto das paradas da diversidade no Estado.

Acrescenta-se que a partir de Agosto, mês da visibi-

lidade lésbica, o CECH realizou, em todo o Estado, 07 seminários regionais e 01 Estadual com o tema “Vamos Cantar um Pernambuco sem Homofobia: Respeito e Cidadania para a População LGBT”. Os seminários regionais aconteceram nas macrorregiões do interior (Sertão, Agreste e Zona da Mata). Como o próprio título sugere, serviram de acompanhamento ao canto das paradas da diversidade em Pernambuco e outras atividades organizadas pela população LGBT. O objetivo foi de articular e divulgar as Paradas da Diversidade de Pernambuco (Serra Talhada, Caruaru, Recife, Paulista, Dois Unidos, Petrolina) e formar/mobilizar lideranças LGBT e da rede de atendimento em Direitos Humanos, Cidadania e Diversidade.

Assim, fomentou-se a existência de mais espaços de diálogo entre governo e sociedade civil e a melhor compreensão das violações de direitos pela rede de serviços públicos. Foi a oportunidade de dialogarmos sobre as demandas entre a população LGBT e a rede municipal e estadual de atendimento, no sentido de garantir o que de fato propõe as paradas, a superação da homofobia do Sertão ao Litoral.

Com este escopo, o Governo de Pernambuco tem atuado para construção de uma agenda de ações que atenda às diversas demandas reprimidas ao longo da história do Brasil e, em especial, de Pernambuco, no tocante às políticas de inclusão social LGBT frente ao desafio de construirmos um novo Pernambuco.

Em caso de discriminação procure o CECH

Fone: 81-31833182

> Rhemo Guedes

Coordenador - Centro Estadual de Combate à Homofobia

Secretaria Executiva de Justiça e Direitos Humanos

Secretaria de Desenvolvimento Social e Direitos Humanos

Governo do Estado de Pernambuco

Emails: rhemoguedes@gmail.com,

rhemo.guedes@sedsdh.pe.gov.br

> em pauta

Orientación Sexual e Identidad de Género: ¿Ejercicios y Prácticas de Dominación y Poder?

Abstracto

Las construcciones teóricas, prácticas e imaginarios que se han construido sobre las Orientaciones Sexuales y el Género presentan un amplio debate, especialmente en la actualidad, sobre lo que implica definir, categorizar y en general concebir identidades en torno a lo que se denomina el sistema Sexo/Género/Deseo. En tanto, se han hecho construcciones y definiciones, que a nivel general se han asociado con la sigla LGBT, que han intentado identificar fenómenos de dominación y discriminación en torno al género y la sexualidad. Sin embargo, este modelo, entre otros, aún se soportan sobre categorías como Orientación Sexual e Identidad de Género, las cuales no son leídas como mecanismos de ejercicio de dominación y de poder, más allá de la distinción LGBT/Heterosexualidad. Es decir, que no contemplan la forma en que estas categorías establecen roles, identidades y estereotipos fijos y predefinidos sobre la sexualidad y en general sobre los cuerpos de los sujetos, haciendo claramente un ejercicio de poder, de dominación y de violencia, más allá de las admitidas por el modelo heteronormativo, sino en general sobre todas las orientaciones sexuales e identidades de género.

Palabras-chave: LGBT, Heteronormatividad, Identidad de Género, Orientación Sexual.

Orientação Sexual e Identidade de Gênero: Exercícios e Prática de Dominação e Poder?

As construções teóricas, práticas e imaginários que foram construídas sobre as orientações sexuais e de gênero apresentam uma ampla discussão, especialmente agora, sobre o que significa definir, categorizar e geralmente conceber identidades em torno do que é chamado o sistema de Sexo/Gênero/Desejo. Enquanto isso houve construções e definições, que em geral, tem sido associada com a sigla LGBT, que tentaram identificar os fenômenos de dominação e discriminação em torno de gênero e sexualidade. No entanto, este modelo, entre outros, ainda são suportados em categorias de Orientação Sexual e Identidade de Gênero, que não são lidos como mecanismos de exercício de dominação e de poder, para além da distinção LGBT/heterossexualidade. Ou seja, eles não consideram como essas categorias estabelecem papéis, identidades e estereótipos fixos e pré-definidos sobre a sexualidade em geral e sobre os corpos dos indivíduos, tornando-os claramente em um exercício de poder, dominação e violência, além de os permitidos pelo modelo heteronormativo, mas, em geral, sobre todas as orientações sexuais e identidades de gênero.

Palavras-chaves : LGBT, Heteronormatividade, Identidade de Gênero, Orientação Sexual.

Las construcciones teóricas, prácticas e imaginarios que se han construido sobre las Orientaciones Sexuales y el Género presentan un amplio debate, especialmente en la actualidad, sobre lo que implica definir, categorizar y en general concebir identidades en torno a lo que se denomina el sistema Sexo/Género/Deseo. En tanto, se han hecho construcciones y definiciones, que a nivel general se han asociado con la sigla LGBT, que han intentado identificar fenómenos de dominación y discriminación en torno al género y la sexualidad. Sin embargo, este modelo, entre otros, aún se soportan sobre categorías como Orientación Sexual e Identidad de Género, las cuales no son leídas como mecanismos de ejercicio de dominación y de poder, más allá de la distinción LGBT/Heterossexualidad. Es decir, que no contemplan la forma en que estas categorías establecen roles, identidades y estereotipos fijos y predefinidos sobre la sexualidad y en general sobre los cuerpos de los sujetos, haciendo cla-

mitidas por el modelo heteronormativo, sino en general sobre todas las orientaciones sexuales e identidades de género.

En esta vía, se plantea como hipótesis de reflexión para el siguiente artículo, la siguiente consideración: Los estereotipos o formas de estandarizar las orientaciones sexuales y los géneros producen efectos propios de los mecanismos de poder y de dominación simbólica: establecen exclusiones, discriminaciones, diferenciaciones y establecimientos de dicotomías legítimo-ilegítimo y hegemónico-no hegemónico en torno a las orientaciones sexuales (Lamas, 1995). Es decir que los estereotipos y estándares en torno a las orientaciones sexuales y a las identidades de género son mecanismos de poder y de dominación simbólica, en tanto excluyen, discriminan y establecen lo legítimo y lo hegemónico, y diferencian aquello que no lo es.

“Los estereotipos y estándares en torno a las orientaciones sexuales y a las identidades de género son mecanismos de poder y de dominación simbólica

ramente un ejercicio de poder, de dominación y de violencia, más allá de las ad-

Para analizar los mecanismos de dominación en torno a la Orientación Sexual y la Identidad de Género, planteo dos concepciones teóricas sobre la categoría de Poder: la planteada por Michel Foucault y Pierre Bourdieu. Foucault (1991, 2005, 2007), filósofo francés, tiene importantes aportes en torno a la categoría de poder, y particularmente sus trabajos sobre la relación de este con la sexualidad. En principio, en Foucault no es

posible encontrar una definición en términos plenamente científicos. En él es posible encontrar caracterizaciones, descripciones, análisis de paradojas, posturas críticas, pero nunca una definición exacta de este concepto.

Foucault (1991) explica que el poder puede ser analizado desde la perspectiva de la acción de sujeción y la relación de los sujetos. No es el poder una simple forma de sujetar a los individuos (eso sería una pensar desde la filosofía liberal) y de limitar sus libertades y voluntades como individuo, sino la forma en que su ejercicio relacional -sean individuales o colectivos- entraña la creación de sujetos y por ende la situación de sujeción. El poder no es una simple relación de manipulación: es la posibilidad o “una forma en la que ciertas acciones (sean individuales o colectivas) modifican a otras” (1991, 83), es decir que no es la anulación absoluta de un sujeto sobre otro, sino que sobre quien recae el poder tiene una posibilidad de elección y de libertad frente a la relación de poder. De ahí el carácter relacional del poder: las acciones de unos sujetos que se manifiestan en las relaciones con otros llevan a modificar o transformar las acciones de esos “otros” sujetos.

“El poder existe solamente cuando es puesto en acción, incluso si, por supuesto, esta integrado al campo desigual de posibilidades actuando sobre unas estructuras permanentes” (1991, 83). “Es una estructura total de acciones llevada a actuar sobre acciones posibles; incita, seduce, vuelve más fácil o más difícil: en el límite constriñe o prohíbe absolutamente; sin embargo es siempre una manera de actuar sobre un sujeto o unos sujetos actuantes en virtud de su actuación o su capacidad de acción” (1991, 85).

Es clara la forma en que se asigna un carácter intersubjetivo y fundamentalmente material del poder. El ejercicio de constreñimiento, de dominación si se quiere, es en tanto poder si se materializa en acciones generadas en las relaciones entre sujetos. Pero ese constreñimiento, no se expresa de forma tan evidente

como parece o como se puede inferir de hacer una vista simple a Foucault. Más que una fórmula causal, este planteamiento lleva a interpretar al poder como sexualidad y en la sexualidad (y desde la orientación sexual en concreto) en el plano del establecimiento de formas de sujeción de los individuos. Sujeciones materializadas –en acciones sociales como el discurso- que determinan las prácticas, pensamientos e incluso deseos sexuales de los sujetos.

Por tanto, es común que desde las simples conceptualizaciones llamadas “oficiales” se construyen estrategias de poder a través de la sexualidad. Según la Asociación Americana de Psicología, APA, (2002)

“la orientación sexual es una atracción constante hacia otra persona en el plano emotivo, romántico, sexual o afectivo. Es fácil diferenciarla de otros componentes de la sexualidad, incluso del sexo biológico, la identidad del género (el sentimiento psicológico de ser hombre o mujer) y el papel social que conllevan los géneros (tales como adhesión a ciertas normas culturales relacionadas con el comportamiento femenino o masculino). La orientación sexual existe en torno a un continuum, que abarca desde la homosexualidad exclusiva hasta la heterosexualidad absoluta e incluye diversas formas de bisexualidad.”

Aparte de esta definición, desde los discursos médicos se ha hablado de orientación sexual definida en una escala, la llamada escala de Kinsey, donde de 1 a 6 se define el grado de homosexualidad, heterosexualidad o bisexualidad. (Crooks y Baur, 2000; 271). Esta es una forma de sujeción y ejercicio de establecimiento de prácticas, discursos e imaginarios que predefinen las orientaciones sexuales de los sujetos. Esto entraña una crítica: la forma en que se intenta, a través de la autoridad que le asigna el discurso científico y técnico, clasificar la sexualidad y las orientaciones de los individuos en categorías y tipos, haciendo una taxonomía rígida. Es decir, definir y especialmente imponer por las prácticas, imaginarios e incluso deseos y sentimientos a partir de una clasificación cuantitativa que le corresponde al sujeto según dichas prácticas (si hace estas

prácticas es homosexual o heterosexual).

Pero los estereotipos o estándares sobre las orientaciones sexuales a través de poder no se reducen a una simple definición de enciclopedia médica (aunque ella en términos de discurso enmarca un importante significado). En parte, el hecho de que existan sus categorizaciones, que se generen como afirma Judith Butler (2006), normar y reglas, como lo que ella denomina Reglamento del Género, que aunque considera que el Género es una forma de reglar y disciplinar y de

tallar sujetos, en parte no reconoce que la construcción del Género contrae otros aspectos como la clase social, la raza, entre otros (López Penedo, 2008). Es decir formas más ampliadas y tecno-

logías de poder más sofisticadas y con factores múltiples. Quizá sea posible retomar visiones sobre el poder aún más críticas por ser aún más complejas y no tan reducidas.

Pierre Bourdieu (2000), sociólogo francés contemporáneo, plantea que aunque los despliegues que el poder realiza, expresado en capitales movilizados en los campos sociales (político, económico, cultural), tienen un carácter concreto y materias, se entrañan efectos simbólicos que contribuyen con la reproducción y legitimación del poder en la sociedad: “los sistemas simbólicos (vistos) como estructuras estructurantes (...y) como estructuras estructuradas (p 90-91). Dichas estructuras caracterizadas como instrumentos de conocimiento y comunicación son las que se derivan del ejercicio simbólico y del efecto simbólico del poder. Ejercer el poder, es decir según este planteo contar con el capital social (sea político, económico, cultural) no representa ni más ni menos que la posibilidad de contar con los mecanismos de producción del orden gnoseológico, de la posibilidad de construir homogéneamente “el sentido inmediato del mundo (en particular del mundo social)” (p 92)

“a través de estrategias simbólicas como los discursos morales sobre el modelo de familia, establecer un prototipo hegemónico y permitido de orientación sexual (la heterosexualidad).”

Este orden gnoseológico puede ser construido, o controlar su producción (es decir, ejercer poder), a partir de los habitus. El habitus se puede entender en los términos de Bourdieu como “un principio que impone un orden a la acción” de los individuos o los sujetos (p. 25). Parece que en términos de la orientación sexual y del género como contenedores y reproductores de estrategias y relaciones de poder, el habitus en términos de la propuesta de Bourdieu es el elemento central de dichas estrategias. Viendo, entre otras

definiciones simples, que el habitus “es parte de la conducta (el modo de conducir la vida) del individuo, expresadas en experiencias corporales (hexis) como en actitudes y apariencias morales (ethos)” (p. 28).

Que más que, a través de estrategias simbólicas como los discursos morales sobre el modelo de familia, establecer un prototipo hegemónico y permitido de orientación sexual (la heterosexualidad). Esto puede significar decretar desde la misma norma jurídica hasta expresiones netamente morales, cotidianas y corporales simples quién es un o una homosexual, heterosexual o bisexual, que es femenino y cuál es su rol y que es masculino y cuál es su rol.

Pero también los códigos morales, llenos de más entramados simbólicos e ideales que materiales y concretos, como los reproducidos por la Iglesia católica, los sistemas de educación y la familia tradicional ubican a la orientación sexual en el plano del código binario bueno/malo, sujetando a los individuos y obligándoles a tener una orientación sexual particular y definida (incluso ya sea heteronormativa u homonormativa). Por eso desde la familia se insiste a los hijos en la idea del matrimonio heterosexual como posibilidad de reproducción (en un acto de reducción biológica de la sexualidad), en las escuelas los manuales siguen enseñando modelos de sexualidad y de familia enmarcados en las orientaciones heterosexuales y en los roles de géneros tradicionales, en el imaginario colectivo se sigue estableciendo a la monogamia como

forma obligatoria, entre otras prácticas dominantes y normativas. Es aquello que, volviendo a Foucault (2005), se puede entender de la relación entre poder y sexualidad o sexo:

Una “relación negativa; entre poder y sexo no establece relación ninguna sino de modo negativo: rechazo, exclusión, desestimación, barrera y aun ocultación o máscara. (...) La instancia de la regla; el poder, esencialmente, sería lo que dicta al sexo su ley (...) el ciclo de lo prohibido: no te acercarás, no tocaras, no consumirás, no experimentarás placer (...) salvo en la sombra o el secreto (...) y la lógica de la censura: (...) afirmar que no está permitido, impedir que no sea dicho, negar que so existió”; (p 101)

En tanto, a manera de conclusión, es importante ver como la sexualidad y los géneros son un espacio evidente de desarrollo y de acción del poder, sea como estrategia relacional material o como estructura simbólica que, sea a través de los roles de género o las orientaciones sexuales, ejerce mecanismos de control y de reproducción de modelos tradicionales, no solo desde la sexualidad, sino también desde las clases sociales, las etnias e incluso los discursos religiosos y culturales. Que la definición y establecimiento de identidades rígidas e inflexibles es una forma de ejercer dominación y violencia a través de la sexualidad de las personas, incluso sin distinción entre modelos hegemónicos o no, ya que la heterosexualidad no escapa a estos fenómenos, ni tampoco es un lastre exclusivo de aquello que se denomina LGBT. Y, entrando en algunas luchas de este último (el LGBT) como el matrimonio igualitario no representan sino la reproducción de modelos tradicionales, basados precisamente en el ejercicio de dominación que los estereotipos y roles que discrimina y define las orientaciones sexuales e identidades de géneros predefinidas y rígidos.

Referencias Bibliográficas

BOURDIEU, Pierre (2000). La fuerza del derecho. Bogotá: Siglo del Hombre.

BOURDIEU, Pierre (2009). La eficacia simbólica. Buenos Aires: Biblos.

BUTLES, Judith (2006) Deshacer el género. Barcelona: Ediciones Paidós.

FOUCAULT, Michel (1991) El sujeto y el poder. Bogotá: Carpe Diem.

FOUCAULT, Michel (2005) Historia de la sexualidad Vol. 1 México D.F: Siglo XXI.

FOUCAULT, Michel (2007) El nacimiento de la biopolítica. México D.F.: FDE.

LAMAS, M. (1995) Cuerpo e identidad. En: ARANGO, L. G. et al. Género e Identidad. Bogotá: Tercer Mundo-Universidad Nacional de Colombia-Uniandes.

LOPEZ PENEDO, Susana (2008). El laberinto Queer: la identidad en tiempos del neoliberalismo. Barcelona: Editorial EGALES.

> Edgar David Mayordomo Tavera / *Politólogo - Universidad Nacional de Colombia*

E-mail: edgar.mayordomo@gmail.com



A Mulher e a luta/conquista de seus Direitos: Contribuições do Feminismo

Resumo

Este artigo se propõe a discorrer sobre a luta e conquista dos direitos femininos e a contribuição do feminismo para alcançar este objetivo. Ao longo dos tempos a mulher necessitou empenhar-se para obtenção de direitos e espaço social, para tanto, foi preciso unir forças e formou-se o movimento das feministas – mulheres que requereram reconhecimento e usufruto de equidade. Estamos longe da plena igualdade, as concepções binárias e segregantes continuam aprisionando os gêneros. É preciso quebrar paradigmas e compreender que ser homem ou mulher é um construto social..

Palavras-chave: Mulher; direitos; feminismo.

Abstract

This article discusses the struggle for and achievement of women's rights and the contribution of feminism to achieve this goal. Throughout the ages women have needed to strive to obtain rights and social space, therefore, it was necessary to join forces and form the movement of feminists - women who require recognition and the enjoyment of equity. We are far from full equality - the binary conceptions continue to imprison and segregate along gender lines. We need to break these paradigms and understand that one's status as a man or woman is a social construction.

Keywords: Women; rights; feminism.

1 Da antiguidade à modernidade: direitos femininos.

Durante muito tempo, na história da civilização, as mulheres tiveram seus direitos negados, como é possível percebermos nas contribuições que Fávero (2010) traz ao mencionar que em 1916 foi criado um Código Civil determinando que as mulheres apenas poderiam trabalhar mediante autorização de seus maridos; só em 1962 esse código foi modificado e a esposa passou a não precisar mais da autorização de seu cônjuge para trabalhar, perante a lei. Ainda conforme a mesma autora, foi em 1934 que a mulher brasileira conquistou o direito ao voto e apenas no ano de 2002 o novo Código Civil Brasileiro estabeleceu que a família deveria ser regida pelo casal, pressupondo relação igualitária de poder entre marido e mulher.

Pode-se ver que apenas tardiamente a mulher teve direito ao voto, ao estudo, ao emprego, à liberdade sexual, pois desde cedo foi reservado para ela a responsabilidade do cuidado do lar e dos filhos. Ao homem cabia o provimento financeiro e comportamentos que demonstrassem masculinidade.

Então, mesmo diante de entraves culturais relacionados ao gênero, a mulher vem lutando por direitos, inserção no mercado de trabalho e salários compatíveis com os dos homens, entrada na política e nos demais meandros, enfim, a luta feminina é pela sua valorização enquanto sujeito de direitos. Nesse sentido, Fávero (2010) cita a contribuição dada às mulheres na luta pelos seus direitos pela Constituição Federal de 1988; nesse aspecto, posso citar o seguinte trecho do artigo 5º: “I – Homens e mulheres são iguais em direitos e obrigações nos termos desta constituição.” (BRASIL, 1988). A Constituição Brasileira visa o estabelecimento de equidade junto à lei, dessa forma, não deveria haver discriminações e violência por ser do

gênero feminino ou masculino. Será que é isso mesmo que voga na sociedade atual?

São inegáveis os avanços conquistados pela mulher, embora ainda muito tenha que ser re-visto. Falando sobre esses aspectos digo que o processo de conquista de espaço e visibilidade da mulher no meio social deve-se, principalmente, ao feminismo. Movimento que contribuiu para a ascensão social e reconhecimento da mulher enquanto sujeito de autonomia ao reivindicar políticas públicas voltadas para o

gênero feminino, referentes aos aspectos reprodutivos, à saúde, à educação, ao acesso político e políticas contra a discriminação e a violência (SILVEIRA, s/d).

“Então, mesmo diante de entraves culturais relacionados ao gênero, a mulher vem lutando por direitos, inserção no mercado de trabalho e salários compatíveis com os dos homens”

O feminismo é caracterizado por Fávero (2010) como uma ideologia política que surge no século XIX e ganha força no Brasil na década de 70. Segundo esta autora, “[...] o com-

promisso feminista delineia-se como uma crítica da hegemonia do idêntico e da legitimidade dos sentidos absolutos e universais com os processos históricos de construção e representação da categoria ‘mulher’.” (p. 92, grifos e aspas da autora). Utilizando-se das contribuições de Sarti (2004), Fávero (2010) aponta que o feminismo no Brasil manifestou-se através de duas tendências. A primeira tratou de lutar pelo investimento na atuação pública da mulher, ou seja, para que elas pudessem sair de seu ambiente doméstico e viessem a trabalhar, a ter direitos e buscar a equidade entre o masculino e feminino. A segunda perspectiva refere-se ao âmbito privado, ligando-se à subjetividade e aos relacionamentos interpessoais, conforme apontado pela autora.

Portanto, o movimento feminista aparece como uma tentativa de quebra dos padrões instituídos relacionados ao feminino. Sendo o gênero uma construção socio-histórica, é possível dizer que a sociedade

e a história sofrem modificações, e, por conseguinte, também se transforma o entendimento e a concepção sobre ele. Diante dos avanços conquistados pela mulher, o feminismo reformula o significado de gênero e passa a concebê-lo não como um conceito fechado, mas como um conceito historicamente construído que varia de acordo com o tempo e com a cultura e diz das relações estabelecidas entre os seres humanos, que envolve poder e mudanças frente às opressões enfrentadas pelo masculino e feminino (SILVEIRA, s/d). Essa conceituação reflete sobre a desconstrução de concepções binárias sobre homem e mulher, afirmando que as noções de gênero são construtos sociais, ao invés de características exclusivamente biológicas ou psicológicas.

Infelizmente, por mais persistentes e árduas que tenham sido as manifestações e as lutas pela igualdade entre os gêneros, um longo percurso ainda há pela frente, haja vista que as discrepâncias sociais em relação ao masculino e ao feminino ainda persistem principalmente no tocante ao mercado de trabalho. Ferraz e Araújo (2004) discorrem sobre as compreensões de Giffin (2002 apud FERRAZ; ARAÚJO, 2004) e Ludemir (2000 apud FERRAZ; ARAÚJO, 2004) e colocam que o que entendemos por virilidade masculina propicia a compreensão de que o homem é o provedor e, portanto, é o seu trabalho que tem valor, já o da mulher é desvalorizado e mal remunerado, o que justificaria o alto índice mundial de pobreza feminina. Até mesmo nos serviços de saúde enfatiza-se o oferecimento de cuidados referentes à maternidade e à reprodução, estimulando os papéis de mãe e cuidadora dos filhos, já o foco na relação mulher e trabalho ainda é pouco explorado, conforme visto em Lopes (1997). Outro exemplo que pode ser dado é o fato de num procedimento jurídico de decisão de guarda dos filhos, por exemplo, a vida sexual que a mulher leva pode ser um ponto negativo para ela, ou seja, mesmo diante da conquista da liberdade sexual feminina a sociedade ainda tende a considerar que a mulher tem que ter comportamentos castos (GUILMARÃES, 1997) para ser considerada “direita” e uma

boa mãe. É como se a mulher não pudesse exercer sua sexualidade e maternar mutuamente.

Resgatando o que foi dito sobre os direitos femininos surge outra problematização. A mulher está ganhando espaço no mundo competitivo, representa cerca da metade da força de trabalho e de estudantes universitários a nível mundial (MURARO, 2010), conseguiu o direito de votar, de casar de acordo com sua vontade e com o parceiro que escolher, ou seja, conseguiu visibilidade social. Porém, aliado a essa nova rotina de estudar e trabalhar a mulher carrega consigo a responsabilidade pelo lar, do cuidado com os filhos, com a educação deles, assumindo jornadas de trabalho dentro e fora do ambiente doméstico. Será que assumir uma jornada de trabalho tão intensa representaria também uma forma de violência?

Finalizo utilizando-me das palavras de Petersen (1997, p. 22) por sintetizar a discussão exposta até então:

Não podemos superestimar, entretanto, a profundidade dos avanços ocorridos, nem tampouco acreditar que a igualdade entre homens e mulheres, finalmente, foi alcançada. Sem dúvida, houve um significativo avanço para o gênero feminino, o que pode ser constatado no crescimento das oportunidades de educação, na ampliação desses espaços no mercado de trabalho, em modificações no âmbito constitucional e jurídico, assim como na ampliação do espaço político das mulheres. Porém, essas mudanças ainda não foram suficientes para superar a desigualdade e a opressão das mulheres ao longo da história.

Referências Bibliográficas

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil: promulgada em 5 de outubro de 1988. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constitui%C3%A7ao.htm>. Acesso em: 04 de Mai. de 2012.

FÁVERO, M. H. Psicologia do Gênero: Psicobiografia, Sociocultura e Transformações. Curitiba: Ed. UFPR, 2010.

FERRAZ, D. A. de S.; ARAÚJO, M. de F. Gênero e saúde mental: desigualdades e iniquidades. In: ARAÚJO, M. de F.; MATTIOLI, O. C. (orgs). Gênero e violência. São Paulo: Arte & Ciência, 2004, pp. 53-68.

GUIMARÃES, M. S. A igualdade jurídica da mulher. In: STREY, M. N. (org). Mulher, estudos de gênero. São Leopoldo: Ed. UNISINOS, 1997.

LOPES, M. J. M. mulheres, saúde e trabalho. In: STREY, M. N. (org). Mulher, estudos de gênero. São Leopoldo: Ed. UNISINOS, 1997.

MURARO, R. M. A incompatibilidade entre a mulher e o homem. In: MURARO, R. M.; BOFF, L. Feminino & masculino: uma nova consciência para o encontro

das diferenças. Rio de Janeiro: Record, 2010, pp. 187-200.

PETERSEN, A. T. Homens e mulheres: enfim, as desigualdades estão acabando? In: STREY, M. N. (org). Mulher, estudos de gênero. São Leopoldo: Ed. UNISINOS, 1997.

SILVEIRA, R. M. G. Diversidade de gênero – mulheres. S/D e S/P. Disponível em: <http://www.dhnet.org.br/dados/cursos/edh/redh/o3/o3_rosa1_diversidade_genero.pdf>. Acesso em: 07 de Abr. de 2012

> Anielle Kaline da Silva Andrade / Psicóloga, psicoterapeuta e pós-graduanda em psicopedagogia.

E-mail: anielleandradepsi@hotmail.com

> Arte e Cultura

Meninos e Meninas

Menino olha menina
Menina olha menino
Menino sente menina
Menina sente menino.

Menina, menino, meninos
Meninos pelos meninos
Meninas pelas meninas
Assim, nos mínimos desatinos.

Meninos descobrem meninos
Meninas descobrem meninas
E assim vai surgindo o afeto
A diversidade e o concreto

Conflitos e afinidades.

Pedras, pedras, pedras...
Flores, flores, pedras...
Mas, enfim, quem liga?
E assim agente vai digerindo
Sem medo de dor de barriga!

Ibiratinga, 22 de fevereiro de 2010.

> Por: Luis Adriano
Correia

Email: lacs_87@hotmail.com

Blog: poesiajovem.blogspot.com





Juventude Alternativa

Resumo

A noção de diversidade sexual tem sido disseminada cada vez mais nos âmbitos das Ciências Sociais em consonância com movimentos políticos e sociais que ecoam, também, no mercado. Assim sendo, o objetivo deste trabalho consiste em apresentar resultados parciais da etnografia que realizo em minha pesquisa de Mestrado em que me atenho a estabelecimentos de lazer noturno que não são identificados como “GLS” (gays, lésbicas e simpatizantes) – mas também não são estritamente heterossexuais. Tais estabelecimentos comportam jovens, sem distinção de sexo e que se nomeiam como “alternativos” (categoria êmica), ou seja, que não se bastam em definições estanques quanto à identidade e à sexualidade, e se encontram em ambientes de lazer onde há maior fluidez sexual, abarcando desde sujeitos heterossexuais, bissexuais, ou homossexuais, até os que se dizem “sem rótulos”. Isto posto, alternativo é aquilo que, acima de tudo, não se satura em definições, o que coaduna com o atual dinamismo dos movimentos sexuais e de gênero que questionam as dicotomias e binarismos, assim como a naturalização da heterossexualidade compulsória.

Palavras-Chave: Sexualidade, Mercado, Identidade.

Abstract

The notion of sexual diversity has been increasingly widespread in the fields of Social Sciences in line with political and social movements that echo also in the market. Therefore, the aim of this work is to present partial results of an ethnography that I am working on in my Master research in which I study nightly entertainment establishments that are not identified as “GLS” (gays, lesbians and friendly) – even though such places are not strictly heterosexual either. Those establishments receive young people – regardless of gender – who call themselves “alternative” (native category), i.e., they don’t fit in tight definitions regarding to the identity and sexuality. In those clubs there is more sexual fluidity, covering subjects from heterosexuals, bisexuals or homosexuals, even those so-called (by themselves) “no-labeled”. That said, “alternative” is, above all, not to saturate in definitions, this matches with the current dynamism of sexual and gender movements that question the dichotomies and binarisms, as well as the naturalization of compulsory heterosexuality.

Keywords: Sexuality; Market; Identity.

Discussão

Os dados de pesquisa aqui analisados foram construídos desde março de 2012 ao fim de abril de 2013, com método etnográfico de observação participante nas casas noturnas que chamo de “meu campo”, em Goiânia/GO. Tomo o cuidado de não identificar as casas noturnas em que faço pesquisa, mesmo com nomes fictícios, com a explícita intenção de preservá-las.

Na atualidade, ampliam-se os discursos sobre as múltiplas sexualidades e suas variadas formas de expressão, pois as chamadas “minorias” sexuais estão hoje mais visíveis, optam pela exposição em busca de um destino menos violento e segregador. As concepções universalistas e essencialistas no que tange à orientação sexual e à identidade de gênero não explicam de maneira eficiente o quanto o mundo da sexualidade humana é amplo e que suas fronteiras são tênues. Tal noção de diversidade sexual tem sido disseminada cada vez mais nos âmbitos das Ciências Sociais em consonância com movimentos políticos e sociais que ecoam, também, no mercado.

No cenário brasileiro, o movimento político “gay” em concordância ao clima de “desbunde” se deu a partir da década de 1970, momento em que o “gueto gay” se ampliou com a abertura de boates, casas noturnas e bares voltados para esse público. De acordo com Isadora França (2006), também neste contexto foi criado o então chamado Movimento Homossexual Brasileiro, hoje denominado LGBT (lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais) que resultou no surgimento do Grupo Somos, em São Paulo, em maio de 1978. Os objetivos iniciais do grupo consistiam em fortalecer a identidade homossexual por meio de estratégias políticas antiautoritárias, bem como ampliar a consciência individual a respeito da homossexualidade.

Vale lembrar que nos Estados Unidos a “liberação gay” ocorreu na mesma época, quanto os confrontos ocorridos num bar em Nova Iorque chamado Stonewall Inn, em 28 de junho de 1969, entre homossexuais/travestis e a polícia resultou no slogan Come Out (assuma-

-se), tornando tal data o “Dia do Orgulho Gay” (BRAZ, 2011). De maneira que é perceptível a importância dos bares e das boates no que tangem ao desenvolvimento da visibilidade e políticas no universo gay, lésbico e simpatizante. Nas palavras de MacRae (2005 [1983]), que pesquisou a respeito da existência de bares e boates voltados para o público gay, surgidos nas décadas 1960 e 1970, “o gueto é um lugar onde o/a homossexual tem mais condições de se assumir e de testar uma nova identidade social” (p.299). No Brasil, com o início da abertura política, brotaram estabelecimentos para o público gay fazendo com que o gueto se tornasse visível. O que resultou no aumento do número de pessoas que “assumiram suas identidades homossexuais promovendo a ideia de que podem existir diversas identidades sexuais, todas válidas” (p.298).

A cidade de Goiânia, no Estado de Goiás, conta hoje com um mercado de lazer comumente chamado “GLS” (gays, lésbicas e simpatizantes) que inclui casas noturnas, bares, saunas, cinemas pornográficos. Além desses, há alguns lugares que comportam sujeitos que se nomeiam como “alternativos” (categoria êmica). O que são lugar e sujeito alternativos? O termo “Alternativo” têm diversas definições, aqui se trata de um conceito que surgiu em trabalho de campo pelos/as interlocutores/as de minha pesquisa que significa aquilo que não se basta em definições estanques quanto à identidade e à sexualidade e se encontra em ambientes de lazer onde há maior fluidez sexual, abarcando desde sujeitos heterossexuais, bissexuais ou homossexuais, até aqueles que se dizem “sem rótulos” ou que circulam por entre as fronteiras das categorizações sexuais correntes.

Desta maneira, o lugar alternativo só pode ser cons-

“ampliam-se os discursos sobre as múltiplas sexualidades e suas variadas formas de expressão, pois as chamadas “minorias” sexuais estão hoje mais visíveis

OPEN

tituído a partir de sujeitos também alternativos, afinal, as pessoas fazem o lugar. Isto é, estas casas noturnas oferecem (e por que não, vendem?) para o público um lugar revestido de valores e que preza pela não definição estanque quanto às categorias sexuais ao acolher todos os públicos. Para o público das casas noturnas em relevo, ser “alternativo” seria o ato de não (se) rotular, ainda que se recorra a diversos rótulos para se chegar nesta ideia.

Com isso, estas casas não são identificadas como GLS (gays, lésbicas e simpatizantes), mas também não são estritamente heterossexuais. Não recebem somente sujeitos que as caracterizariam como parte do mercado segmentado GLS, mas também não abarcam apenas heterossexuais. Havendo, assim, uma fluidez sexual até mesmo como estratégia de mercado. Essa é uma artimanha capaz de conferir ao “gueto” visibilidade ao combater “a segregação e a incomunicabilidade das diferenças, e a necessidade

de manter espaços protegidos diante da intolerância que persiste sob múltiplas formas e procedências” (SIMÕES E FRANÇA, 2005, p. 333).

Também nestes locais se vivencia a sociabilidade juvenil que pretende construir um estilo próprio e que busca escapar das imposições da indústria da moda e dos rótulos identitários sexuais. Para Abramo (1994), estilo remete a um modo peculiar de atuação que pres-

supõe um conjunto de traços no qual existe a intenção de diferenciação em relação a outros artefatos.

Em trabalho de campo percebo que além do ato de buscar escapar da sigla GLS e da heteronormatividade como sinônimo do que é ser alternativo (e lugar alternativo), entram em jogo singularidades que definem, por exemplo, a maneira “descolada” de se vestir, de agir, de se comportar. Os gestos que falam e que particularizam, de maneira que não é incomum escutar afirmações de frequentadores e de frequentadoras que dizem

“nestes locais se vivencia a sociabilidade juvenil que pretende construir um estilo próprio e que busca escapar das imposições da indústria da moda e dos rótulos identitários sexuais”

que em “lugares alternativos as pessoas se vestem de maneira despreocupada” ou “as roupas são mais despojadas, porque as pessoas são mais despojadas”. Tal pensamento dialoga com Abramo (1994) quando ela afirma que a roupa e a imagem corporal assumem importância particular para os/as jovens por estar intimamente ligada a uma exposição pública que confere visibilidade às identidades sociais.

Os frequentadores e as frequentadoras se dizem como pessoas “desencanadas”, isto é, pouco preocupadas. Nota-se claramente a irreverência que se esforçam para mostrar não apenas nas vestimentas, cortes de cabelos, mas nas atitudes de um modo geral. A irreverência se amplia quando numa mesma rede de conhecidos e de conhecidas se evidencia que todos se beijam e beijam outros/as conhecidos/as que não fazem parte da mesma rede sem a preocupação de se nomearem enquanto gays, lésbicas, bissexuais ou qualquer outro termo referente à sexualidade. Percebe-se que, ainda que se queira, é difícil estabelecer uma definição estagnada e fixada nos parâmetros manifestos dos meios GLS e/ou heterossexuais por excelência para a sociabilidade e identidades sexuais desses sujeitos. Para De Certeau (1998), o ato de dar nome, de nomear, cria lugares e por que não identidades?

À Guisa de Conclusão...

Há um efeito recíproco entre como os sujeitos se identificam e como definem as casas noturnas. No entanto, a constituição da noção de alternativo, ainda que não afirme as categorias sexuais com o mesmo sentido que elas teriam a partir de uma concepção, digamos, hegemônica, a elas faz referência o tempo todo, de forma que alternativo é aquilo que, acima de tudo, ultrapassa e não se limita às definições estanques das letras GLS e H, de heterossexualidade.

Ademais, um elemento que se pode perceber a partir das colocações acima é o quanto bares, boates e casas noturnas exercem forte influência na constituição das identidades sexuais e o quanto tal merca-

do está relacionado, portanto, a questões políticas, como o sentimento de orgulho e de visibilidade entre os/as jovens. O espaço de lazer torna-se, assim, um espaço de direitos reconhecidos e vivenciados.

Referências Bibliográficas

ABRAMO, Helena Wendel. *Cenas juvenis – punks e darks no espetáculo urbano*. Editora Scritta, 1994.

BRAZ, Camilo. “Como las convenciones viajan...” - Notas etnográficas sobre clubes de “sexo duro” em Madri. In: *Contemporânea – Revista de Sociologia da UFScar*. São Carlos, Departamento e Programa de Pós-Graduação em Sociologia da UFSCar, 2011. N.02, p. 139 – 164.

CREHAN, Kate. *Gramsci, Cultura y Antropología*. Navas de Telosa, Barcelona: Edicions Bellaterra, S.L., 2004.

DE CERTEAU, Michel. *A invenção do cotidiano 1 – Artes de fazer*. Petrópolis – RJ, Editora Vozes, 1998.

FRANÇA, Isadora Lins. “Cada macaco no seu galho?”: poder, identidade e segmentação de mercado no movimento homossexual. In: *Revista Brasileira de Ciências Sociais*. Vol. 21, n. 60, suppl. 60. São Paulo, 2006.

MACRAE, Edward. Em defesa do gueto. In: *Homossexualismo em São Paulo e outros escritos*. Organizadores: GREEN, James N. e TRINDADE, Ronaldo. São Paulo: Editora UNESP, 2005.

SIMÕES, Júlio; FRANÇA, Isadora Lins. Do “gueto” ao mercado. In: *Homossexualismo em São Paulo e outros escritos*. Organizadores: GREEN, James N. e TRINDADE, Ronaldo. São Paulo: Editora UNESP, 2005.

¿Por qué es tan difícil ser ante los demás lo que somos ante Dios?

Abstracto

La influencia de la religión en temas políticos y de Derechos Humanos sobre algunos países, en su mayoría árabes, hace compleja la superación de la etapa westfaliana, en la que el gobierno debía permanecer ligado a la religión; esto ha hecho que la vida de las personas homosexuales sea totalmente tormentosa. Tanto en el Cristianismo como en el Islam existen dos inconsistencias: se predica un Dios amoroso y se lucha por ideales tergiversados. Desde este punto de vista, la Exégesis ha comprobado que las historias plasmadas en la Biblia, texto sagrado para ambas religiones, que son utilizadas para justificar la oposición a la homosexualidad, son falsas. Así, nos enfrentamos diariamente a condenas sin sentido. Sin embargo, gran responsabilidad de esta situación tan lamentable recae sobre las Organizaciones Internacionales Gubernamentales, las cuales no trabajan arduamente por el cumplimiento de los Tratados Internacionales que sus países miembros han firmado y ratificado, tal como la Convención de los Derechos Humanos, la cual defiende la diversidad sexual, y es uno de los puntos más viciados en el mundo.

Palabras clave: Religión, LGBTI, Países Árabes, Derechos, ONG's

Resumo

Porque é tão difícil ser para os outros, o que somos diante de Deus?

A influência da religião sobre os direitos humanos e políticos de alguns países, a maioria árabes, faz complexa a superação da fase westfaliana, em que o governo devia permanecer ligado à religião, e isso tem feito que a vida dos homossexuais seja totalmente tempestuosa. Tanto no cristianismo como no Islã há inconsistências: um Deus de amor é pregado, mas se luta por ideais distorcidos. Deste ponto de vista, a Exegese descobriu que as histórias incorporadas na Bíblia, livro sagrado para ambas as religiões, e que são usadas para justificar a oposição à homossexualidade, são falsas. Assim, temos diariamente que enfrentar condenações sem sentido. No entanto, uma grande responsabilidade por estas situações recai nas organizações governamentais internacionais, que não ajudam para dar cumprimento aos tratados internacionais que seus Estados membros assinaram e ratificaram, como a Convenção dos Direitos Humanos, que defende a diversidade sexual, e é um dos pontos mais viciosos no mundo.

Palavras-chave: Religião, LGBTI, países árabes, Direitos Humanos, ONGs

Hace poco, aprovechando una de las tantas ventajas de la tecnología, me encontré con un documental ciertamente interesante, cuyo tema era el Islam y la homosexualidad. Fue tan grande el impacto que este tuvo en mí, que por unos segundos agradecí no haber nacido en países donde la religión absorbe en su totalidad el gobierno, países como Arabia Saudita que aún no pasan esa etapa westfaliana, y que mantienen un hilo conductor de la religión hacia la política.

Resulta devastador conocer casos en los que jóvenes son reprimidos constantemente por manifestar una identidad sexual alejada de la común. Entre las tantas historias sufridas, me alarmó la incertidumbre vivida por un grupo de chicos árabes, quienes, luego de haber sido torturados con cien latigazos por hora, fueron exiliados a Turquía para esperar a que la ONU tomara la decisión de enviarlos a Canadá o devolverlos a Arabia Saudita, donde serían fusilados. Al parecer se ha confundido el significado de “común” con “obligatorio”, “único” o “normal”.

No solo el Islam es la única religión que condena aquellos actos homosexuales; no podemos olvidarnos del cristianismo, el cual manifiesta críticas constantes a este tipo de tendencia sexual. Sin embargo, no nace en mí afán alguno por juzgar estas religiones por el simple hecho de “condenar”; lo que sí es totalmente absurdo e ilegítimo es que, en primer lugar, prediquen un Dios amoroso, honrado y tolerante; y, en segunda instancia, que vayan en contra de sus mismos ideales, es decir, terminen siendo incoherentes.

En cuanto al primer punto, alguna vez fui a confesarme a la iglesia; entre las tantas cosas que pude decir, terminé contando mi verdadera orientación sexual. En ciertos momentos necesitas alguien confiable a quien pedirle consejos, y quién mejor que aquel hombre “enviado por Dios” a la Tierra. Salí absolutamente frustrada del recinto; las palabras que escuché no fueron nada alentadoras, y llegaron a juzgarme, incluso, como sé que Dios jamás lo haría. Predican

un Dios amoroso, paciente, y tantos más adjetivos que atraen a feligreses, pero se olvidan de todo a la hora de la acción. Me pregunto entonces: si Dios es tolerante, ¿por qué habrían ellos de juzgarme?

Hace algunos años tuve la oportunidad de conocer una mujer teóloga; con ella pude debatir muchas de las cosas que hoy día defiende a capa y espada, además de haber aprendido mucho. De ella deriva mi segunda preocupación. Recordemos que tanto el Islam como el Cristianismo se basan en libros sagrados como la Biblia, la cual fue reescrita por seres humanos con errores y pecados. La Exégesis, ciencia que estudia los textos sagrados originales, ha comprobado que muchas historias plasmadas en las actuales versiones han sido tergiversadas. Si retomamos los textos originales, nos encontraremos con muchas sorpresas, como, por ejemplo, que existió un gran amor entre Ruth y Noemí; entre Saúl, David y Jonatán; y, aún mejor, las ciudades de Sodoma y Gomorra no fueron destruidas por las prácticas homosexuales que en ella abundaban, sino por otras razones.

Así, nos enfrentamos diariamente a condenas sin sentido, y que llegan a deformar el pensamiento natural del hombre de adaptador, a radical. De todas formas, no todas estas situaciones lamentables contra los derechos humanos se dan plenamente por las religiones; como internacionalista he tenido la oportunidad de conocer más a fondo los trabajos de diversas Organizaciones Internacionales Gubernamentales, y con lo que frecuentes es con un sinnúmero de tratados internacionales que han sido ratificados por países, y que, sin embargo, siguen siendo igualmente violados. En países como Sudán del Norte, que hace parte de la ONU y firmó y ratificó la convención de los Derechos Humanos, aún se consiente la pena de muerte para “el homosexualismo” –porque es vista como enfermedad; sin embargo, para quienes seguimos en la lucha, continúa siendo “homosexualidad”-. Desde el punto de vista político, el papel de esta Organización está fracasando.

do en cuanto a los temas de derechos, y, quiera o no, debe exigir que los estados ratificadores de sus tratados, los cumplan. Mauritania, Sudán del Norte, Yemen, Arabia Saudita, Emiratos Árabe Unidos, Irán y Nigeria, son estados que coinciden especialmente en dos asuntos: los siete hacen parte de la ONU y aplican pena de muerte a los homosexuales.

Hasta que no exista una tragedia mundial en contra de los homosexuales, ni la ONU, ni la OEA, ni la Liga Árabe, ni la Unión Europea, ni la Unión Africana, ni la Asean presentarán real preocupación por la situación actual de la comunidad LGBTI. Afortunadamente, en países como Colombia se han conformado movimientos y sectores progresistas que trabajan fuertemente por los derechos de las minorías, en este caso no solo de los homosexuales, sino también de las mujeres e indígenas.

Si bien el Congreso colombiano no ha adoptado la ley que proteja los derechos maritales de los homosexuales, por lo menos existen leyes como la recientemente publicada por el Consejo de Estado, en la que se promulga el nuevo concepto de “pareja”: no solo un hombre y una mujer, sino también dos mujeres y dos hombres. Además, somos uno de los pocos países que le ha apostado a seguir en la lucha y no hemos caído, a pesar de la negativa dentro del Congreso de la República por parte de algunos senadores tradicionalistas. Esperamos con ansias que la Corte Constitucional llegue a adoptar lo que el Congreso no quiso: legalizar el matrimonio entre parejas del mismo sexo, pues una unión solemne no llena las expectativas de nadie.

Durante más de un siglo, Colombia ha demostrado una política exterior similar a la de Estados Unidos; desde el capitalismo hasta las relaciones internacionales van de la mano con las del país del norte. Esta política de *réspice polum* no nos ha ayudado de mucho, en cuanto a mi lógica concierne, y por el contrario, ha significado la pérdida de Colombia, pero si de algo sirve –aplicando que “hay que imitar lo bueno y no lo malo”–, por lo menos el gobierno

debería mostrar coherencia en sus decisiones; no solo quedarnos en la emulación política y económica, sino también en cuanto a derechos fundamentales como la libertad de expresión y el derecho que todos tenemos de formar una familia, casarnos y tener o adoptar hijos, que en Estados Unidos han sido bien respetados en sus ciudadanos.

No es, ni será fácil; Colombia presenta bajos índices en educación y la mayoría de sus ciudadanos se conforma con aprender lo que usualmente se repite en las calles. Es fácil demostrar cómo la educación no ha sido nuestro fuerte; basta recordar algunas figuras políticas homofóbicas para que nos quede más claro.

Falta ayuda interna, campañas educativas que promuevan la igualdad humana, que demuestren a los padres que ser homosexual no es un delito; que, ante todo, nadie quiere ser juzgado el resto de su vida por enamorarse de una persona de su mismo sexo; nadie es homosexual porque así lo quiso, nadie se enamora de una mujer o de un hombre porque así lo decidió; todos nos enamoramos sin querer, porque es algo inherente al ser, porque todos somos humanos, y debemos aceptar que dentro de un arco iris de personas, no todos pueden mirar un mismo color.

No podemos olvidar quiénes son los más afectados por la intolerancia hacia los sectores LGBTI: los jóvenes. El gobierno no se puede quedar de manos cruzadas esperando a que los índices de suicidio o asesinato a personas homosexuales aumenten. Para ello es necesario la creación de Fundaciones u ONG's, con el único fin de resguardar a los adolescentes que sufren las consecuencias de un país tan poco educado.

Desde mi perspectiva, Colombia tiene un gran potencial humano, y urge que nada ni nadie cambie esto. Para poder superar la frase de Marguerite Yourcenar en su obra Alexis, “¿Por qué es tan difícil ser ante los demás lo que somos ante Dios?”, debemos trabajar de la mano con el tiempo, con la educación

y con una lucha enorme, tan grande como la que tuvieron las mujeres hasta ser reconocidas como iguales delante de los hombres.

> Vivian Cuello. / Relaciones Internacionales, Universidad del Norte, Semestre: 2

Correo: vivi6-10@hotmail.com

> Arte e Cultura

Quintal das cores

**O amarelo quente do sol
que aquece as manhãs frias do inverno
com seus raios laranja de cura
penetram no mar azul da arte.**

**O vermelho da luz
demonstrando a paixão
pelo verde da esperança
da calma pela procura
do luto vestido de preto
dos irm@s
que viveram a cor rosa.**

> **Por: Douglas Ferreira dos Santos**
Email: douglas.ferreiradossantos@gmail.com

O Gênero dos Filmes

Uma breve análise dos papéis sociais do feminino e masculino em “The Avengers” e “Breaking Dawn”

Resumo

O presente artigo visa investigar a configuração pela qual os mecanismos de genderificação do feminino e do masculino se articulam nos longas-metragens *Breaking Dawn – part 1* (2011) e *The Avengers* (2012), os quais foram sucessos de bilheterias nos cines de todo Brasil. Averiguaremos brevemente como se dispõem as imagens que remetem a um ou outro gênero e, por conseguinte, as possíveis caracterizações valorativas.

Palavras-chave: Relações de gênero; Cinema.

Abstract

The gender of the films: a brief analysis of the social roles of female and male in “The Avengers” and “Breaking Dawn”

This paper investigates the configuration in which the allocation mechanisms of female and male are articulated in feature films *Breaking Dawn - part 1* (2011) and *The Avengers* (2012), which were box office successes in cinemas all over Brazil. We will evaluate briefly how the images refer to either gender, and therefore the possible evaluative characterizations.

Keywords: Gender relations; Cinema

Introdução

O sexo aparece todos os dias, numa enxurrada de informações, como uma coisa indissociável das características do indivíduo, cujo fator parece ser determinante, pautado, assim, numa formatação aleatoriamente dada pela natureza. Entretanto, essas postulações tendem a esconder que a maior parte do que vivenciamos, do que escolhemos e do que percebemos, advém de processos socioculturais, nos quais nos inserimos durante o andar da carruagem¹.

Como revela Bourdieu (2002), mesmo o sexo, introduzido em nosso cotidiano como indissociável de papéis sociais que devem caber ao masculino e ao feminino, é construído através de um saber que, como tal, é apreendido, possivelmente, muito antes

“O sexo aparece todos os dias, numa enxurrada de informações, como uma coisa indissociável das características do indivíduo

do próprio entendimento cultural das designações que a ele se imputam², e, nelas, podem constar introjeções que vão desde valores sobre moda, até padrões estéticos e mesmo o que tange à erotização dos corpos. Nessas disposições, introjetam-se, ainda que nem sem-

pre conscientemente, e desde cedo³, imagens, signi-

ficados e informações que retroalimentam o suporte linguístico-cultural e pautam a engrenagem de nossas interações e compreensões do mundo.

Contudo, buscar adentrar nessas disposições, adotadas/exercidas/propagadas, é algo que devemos aventurar-nos, embora nem sempre seja um campo fácil de transitar – pois a discussão é em determinados pontos infundável, e as propostas de compreensão desse fenômeno vão desde hipóteses existencialistas que mesclam-se, ou não, a leituras psicanalíticas, até novos discursos “geneticistas”, embora com algum cuidado para não degingolarem em uma rígida eugenia.

Optamos, em consequência disso, por esboçar brevemente alguns instrumentos que se imbricam nesses mecanismos de apreensão dos saberes sobre os papéis do feminino e do masculino, através da análise de meios que os difundem sem necessariamente estarem, neles, contidas tais intencionalidades⁴. Para isso, escolhemos representações que se propagaram rapidamente na sociedade, ganhando ampla visibilidade. São obras filmicas que se dirigem ao público jovem e alcançaram as maiores bilheterias nos cinemas nacionais: os sucessos *Breaking Dawn - part 1* (2011) e *The Avengers* (2012). Nessas produções cinematográficas, percebemos que, para

1 As críticas que hoje incidem-se sobre a eugenia do início século XX, podem fazer-nos refletir também sobre a abordagem de uma diferença essencialista sobre os sexos.

2 Designações, estas, que são justificadas por uma das muitas diferenças entre os corpos de mesma espécie, contudo, é na diferença sexual que se embasam para criarem ou manterem significados, muitas vezes, hierarquizantes.

3 Bourdieu, em a “A Dominação Masculina”, lembra-nos, inclusive, do próprio trato que os pais realizam quanto ao corpo do bebê ou da criança – ensinado a ter vergonha ou se orgulhar do falo, a se tocar ou não, a desenvolver a sua sexualidade ou temê-la. Ensinado a apreender-se de modos diferentes e, diferenciar-se, constrói uma identidade de gênero, não devido à natureza, mas ao processo genderificante que lhe é imputado, e apesar desse processo conseguir abarcar múltiplas camadas, nele o indivíduo pode conformar-se e/ou conformar o outro. Para ver mais: BOURDIEU, Pierre. *La Dominación Masculina*. RJ: Bertrand, 2002. Disponível na internet via: <http://www.4shared.com>.

4 O gênero, para Joan Scott (1990), é um saber “que estabelece significados para as diferenças corporais”. Tal processo, prossegue ela, se vislumbra da seguinte forma: “Ele [o poder] se refere à oposição homem/mulher e fundamenta ao mesmo tempo o seu sentido”. Ou seja, o poder se realiza, ao mesmo tempo que produz as atribuições de papéis femininos e masculinos. Acrescenta, ainda que Em todas essas circunstâncias, os dirigentes emergentes, legitimavam a dominação, a força, a autoridade central e o poder soberano identificando-os ao masculino (os inimigos, os “outsiders”, os subversivos e a fraqueza eram identificados ao feminino), e traduziam literalmente esse código em leis (proibindo sua participação na vida política, tornando o aborto ilegal, proibindo o trabalho assalariado das mães, impondo códigos de vestuário às mulheres) que colocavam as mulheres em seu lugar. Essas ações e a época de sua realização têm pouco sentido em si mesmas. Na maioria dos casos, o Estado não tinha nada de imediato ou nada de material a ganhar com o controle das mulheres. Essas ações só podem adquirir um sentido se elas são integradas a uma análise da construção e da consolidação do poder. Uma afirmação de controle ou de força tomou a forma de uma política sobre as mulheres”.

além da circunstância quantitativa da recepção sugerida pelo grande número de exhibições, mostravam-se igualmente inquiríveis, essas produções, pela aparente assimetria entre ambas quanto à especificidade do gênero do público-alvo. Contudo, há uma simetria que parece ocorrer na distribuição das cargas sociais dos personagens do núcleo principal. Estes guardaram em si um fenômeno de reprodução⁵ da idealização de valores não só estéticos como caracterizações dos papéis que devem ser imputados aos gêneros⁶. Essa análise, portanto, se faz relevante para compreendermos nessa reprodução os elementos que contribuem tanto na reelaboração de papéis genderificados, quanto na manutenção destes.

Breve apresentação dos filmes: participantes e roteiros

O filme *Breaking Dawn – part 1*⁷ é uma das continuações da saga *Twilight*, distribuído pelos estúdios Summit Entertainment, e é uma adaptação do livro de mesmo nome que virou sucesso mundial.

No Brasil, isso não foi diferente. Para ver a penúltima parte da obra contou-se com a apreciação

5 Entendemos tal difusão tanto como reprodução de valores, quanto por produção de práticas, já que todo discurso tem poder de resignificar (ou não) as posições relacionais na sociedade. Ou seja, parece-nos impossível desveicular do papel das mídias essa classificação de produtora e simultaneamente reprodutora dos valores da sociedade e, não só, necessariamente, em discussões temáticas diferentes, mas na própria compreensão de que significados e significantes retroalimentam-se.

6 Lembremos que não se trata de uma leitura da recepção específica que cada telespectador pode ter tido e variado em algumas situações, mas da massificação desses valores. Portanto, não desconsideramos que o telespectador que, muitas vezes, é um agente reflexivo possa deslindar tais imputações e, por isso, outros estudos podem ser realizados que visem compreender a relação entre mensagem e receptores. Assim, não se busca restringir ou orientar novamente os discursos para os “receptores”. Apenas, se desejou levantar problemáticas mais gerais e como elas podem vir a atingir determinados grupos a partir das representações nas produções estipuladas.

7 MEYER, Stephanie et al (prod.), CONDON, Bill (dir.). *The Twilight Saga: Breaking Dawn – part 1 (Amanhecer)*. [Filme]. Produção de Stephanie Meyer et al. Direção de Bill Condon. Estados Unidos: Temple Hill Entertainment, 2011. DVD, 135 min. color. son.

de 9.596.275 milhões de telespectadores⁸, para além daqueles que o apreciaram em outras mídias. O filme, naquele momento, narrava o casamento entre a protagonista Bella e o vampiro Edward, bem como, o processo de gra-

videz da jovem, a qual tal concepção ocorre durante sua lua-de-mel. “o “monstro” revela-se como uma adorável criança que traz a felicidade merecida a todos os membros da família e amigos

Quanto aos demais personagens são elementos mais ou

menos secundários dentro da trama e justificam sua presença nos conflitos que surgem entre o casal, por exemplo, quando se posicionam a favor do marido, que deseja o aborto da provável aberração – fruto da relação sexual dos dois -, e/ou a favor de Bella que deseja levar a gravidez adiante

Já, ao fim, o “monstro” revela-se como uma adorável criança que traz a felicidade merecida a todos os membros da família e amigos.

A personagem principal é protagonizada por Kristen Stewart e seu esposo interpretado por Robert Pattinson. Ainda, foi dirigido por Bill Condon e o roteiro a cargo de Melissa Rosenberg. A trama parte da autora Stephenie Meyer, e parece promover uma proposta educacional estadunidense de manutenção da castidade dos jovens até vida adulta.

O outro sucesso das bilheterias brasileiras, já no ano de 2012, chama-se *The Avengers*⁹. Um longa que junta alguns dos principais heróis dos clássicos em quadrinhos da Marvel e que, então, passam a disputar a grande tela, distribuído pela Walt Disney Studios. O filme é dirigido por John Whedon. Em

8 Dado coletado pela Agência Nacional de Cinema (Ancine).

9 FEIGE, K. (prod.), WHEDON, J. (dir.) *The Avengers (Os vingadores)*. Produção de Kevin Feige. Direção de Joss Whedon. Estados Unidos: Marvel Studios, 2012. DVD, 142 min. Color. son.

tal história, a S.H.I.E.L.D. recruta a “Avengers Initiation” para combater o irmão adotivo e malvado do herói Thor, Loki. Após um ataque mal sucedido, os “vingadores” conseguem capturar o grande vilão, entretanto, outros rivais aparecem, como parte da aliança feita por este, e tomam o Terressact, uma espécie de caixa de energia que permite a travessia entre universos.

Dentro dessa narrativa, no núcleo principal, encontram-se: a personagem Viúva Negra, que aparece num dos primeiros momentos, como a mulher que atrairá o Incrível Hulk para o restabelecimento da Iniciativa dos vingadores; o homem verde, portanto; o rei de Asgardian, Thor; o empresário Stark e sua armadura que o tornam o Homem-de-Ferro; e o considerado protagonista do filme Capitão América. São interpretados, respectivamente, por: Scarlett Johansson, Mark Ruffalo, Chris Hemsworth, Robert Downey e Chris Evans.

Ainda, vale lembrar que os filmes possuem categorias diferentes quanto ao “gênero”, sendo *The Avengers* considerado prioritariamente como ação e *Breaking Dawn* como romance. Contudo, a classificação indicativa de ambos os filmes é de 12 anos. Passemos, agora, então, a apresentação e análise dos dados.

As relações que perpassam a imagem do feminino e do masculino

Primeiramente, para realizarmos uma leitura sobre o filme, estabelecemos tabelas que permitissem uma análise das imagens em termos quantitativos, mescladas, quando possível, a categorizações qualitativas. Dessa forma, a primeira tabela que criamos trouxe as categorias “Plano de Ambiente”, “Primeiro Plano”, “Plano Detalhe” e “Plano Detalhe 2^o”, nas quais observamos como os personagens estavam enquadrados nas cenas, optando por contabilizá-los a cada mudança de cenário e/ou duração naquelas –

10 O “Plano Detalhe 2” designa o enquadramento que não só diz respeito a uma parte específica do corpo, mas que é ela também uma parte considerada “sexual”.

assegurando com isso uma aproximação qualitativa dessas aparições. Em outro momento, formulamos tabelas que tentaram concatenar como essas aparições envolviam-se no contexto da narrativa, e como parte de uma análise qualitativa, formulamos tabelas de acordo principalmente com a imagem que revelava-se em tal fase da obra. Assim, em alguns casos, conseguimos fazer uma leitura do elenco principal e secundário e, noutras, nos utilizamos apenas dos personagens principais apresentados anteriormente. A seguir, os gráficos 1 e 2 apontam alguns dos dados que obtivemos e as categorias de classificações que utilizamos:

Gráfico 1¹¹

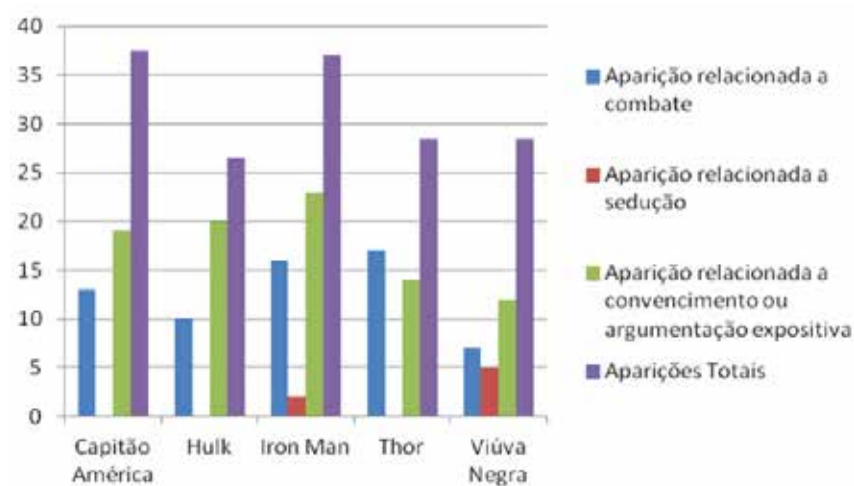
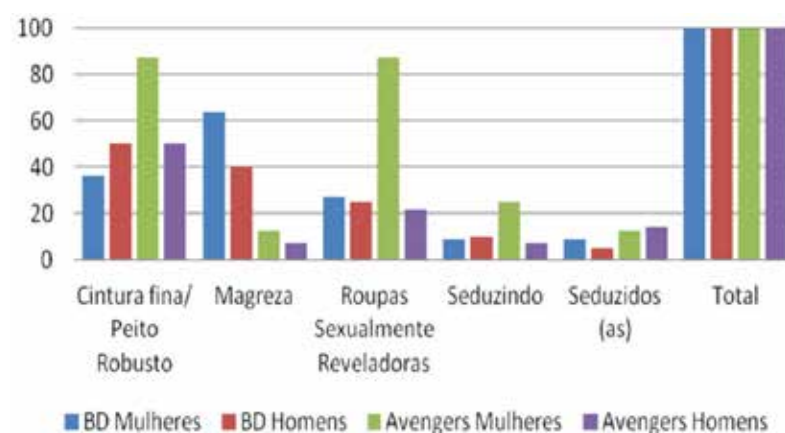


Gráfico 2



Em primeiro lugar, observamos que, em ambas as produções, o elenco principal e secundário são compostos majoritariamente por homens. Entretanto, na classificação por aparência física observamos a ten-

11 Os critérios da tabela que forma o gráfico 1 foram escalados do artigo *Gender Stereotypes: An analysis of Popular Films and TV*. Para ver mais: SMITH, Stacy L. & COOK, Crystall A. *Gender Stereotypes: An analysis of Popular Films and TV*. Conference 2008. The Geena Davis Institute on Gender in Media, 2008.

dência de mulheres magras no filme dedicado ao público feminino, e mulheres mais atléticas ao público masculino. Enquanto isso, a estrutura corpórea dos homens aparece como normal e/ou acima do peso¹² com maior frequência no filme de ação, e, já no romance, eles apresentam-se mais fortes ou até magros. Seria, possível, então, que isso designe alguma idealização maior do corpo quando a obra é dedicada ao público feminino.

Em termos de seduzir ou ser seduzido, percebemos que os personagens que agem dessa forma são poucos, mas os que se caracterizam nesse jogo, tendem a repetir as situações. Entretanto, no filme dedicado ao público feminino, é o masculino (apesar de uma diferença pequena) que tem maior iniciativa. Já, no filme dedicado ao público masculino, as mulheres aparecem à frente e, certas situações que não estão contabilizadas no gráfico, indicam tal iniciativa como uma artimanha.

Também percebemos que no filme de ação, a figura feminina aparece pouco relacionada a situações de combate, exerce um papel secundário em relação a negociações e/ou disputas dialogadas e, contudo, no que toca, a aparições relacionadas à sedução ela fica em primeiro lugar. Vale destacar, que fica em quarto lugar, acompanhada do herói Thor, no que diz respeito ao valor total de enquadramentos frente ao restante do núcleo principal (Capitão América e Homem de Ferro), enquanto que o quinto lugar é pertencente ao homem verde - no entanto, é a este que pertence a segunda posição quanto a diálogos relacionados a convencimentos ou negociações.

Cabedestacar,queseemtermosdeenquadramentos gerais (sendo contabilizados por cenário e durações) ela aparece em 2º lugar, quanto ao plano ambiente ¹³,

12 Em relação a circunferência abdominal e a aparente estrutura muscular.

13 Plano em que o personagem aparece distante, onde junto a ele, há ampla visão do local em que se encontra.

em
último

quanto ao

primeiro plano, e em

plano detalhe (que dividi-

mos em “plano detalhe”,que signi-

ficam enquadramentos próximos ao rosto e outras partes sem conotações eróticas, e “plano detalhe 2” que diz respeito a partes sensualizadas) ela fica em 1º lugar – ganhando, quanto à 2ª subdivisão. O mesmo ocorre com a personagem principal do romance *Breaking Dawn*.

Além disso, verificamos que a maioria das mulheres, mesmo no caso de serem representadas como habilidosas em combates, são, sem sombra de dúvidas, as que são salvas e, em nenhum conflito, retratou-se a coadjuvante do núcleo central – Viúva Negra - salvando seus principais colegas de cena¹⁴.

Quanto às categorias emergentes, se no filme de ação houve pouca margem pra pensarmos em termos de maior autonomia da figura feminina principal – dado que ela é bastante secundária -, no filme

14 Ressaltamos que não incluímos Gavião Arqueiro, pois o mesmo só irá integrar a equipe no fim do filme.

de romance, apesar da maioria das situações demonstrarem a fragilidade da personagem principal quanto a convenções sociais e vaidades incutidas, em termos de negociação ou decisão, ela parece atuar como autônoma e persistente, principalmente quanto aos valores distribuídos nas questões de matrimônio e gravidez. Contudo, nesse mesmo filme, os elementos que indicam vaidade, só aparecem em relação ao feminino. Observamos, igualmente, que as situações de casamento e gravidez deixam o personagem masculino, em grande parte das cenas, contrariado, descontente ou raivoso, inclusive é por esse conjunto de temas que se dão os principais embates. Já Bella parece ser a portadora do papel de zeladora da relação conjugal e da filha que está por nascer.

Aparecem, também, os jogos entre os garotos, que dão o toque da competitividade e agressividade atribuída ao masculino e, acrescenta-se a essa relação, no filme de ação, o masculino vinculado a situações de poder e portando-o.

Algumas considerações

As representações aqui abordadas, a partir, principalmente, das imagens, nos dão ideia de como esse meio serve-se dos dispositivos de gênero – mantendo a produção do discurso que continua a acantonar o feminino numa posição diferente, geralmente mais baixa, em relação ao masculino.

Percebemos uma significativa caracterização do feminino quanto à sexualização, que, no romance é mais direta, onde as personagens são, ao mesmo tempo que puras, algo de vaidosas, e no geral, sedutoras – inocentemente ou não, como é o caso do filme de ação – magras e/ou com corpos cultivados.

Tais circunstâncias repetem-se quando se aproxima dos dados quanto a aparições por combate e salvamento, que referenciamos anteriormente. A tomada de atitude em favor de outras pessoas, em ambos os filmes, é menos retratada quanto a atuação das

mulheres, que são representadas, antes, como as protegidas/vítimas, e os homens como seus eventuais protetores. Parece-nos, portanto, reproduzir o discurso da tutela masculina, onde a apresentação das figuras que ambicionam ou que detêm o poder como unicamente atuações masculinas, possuindo, em grande parte, maior idade, aspecto físico encaixado dentro das tendências normais e acima do peso, incrementa tal interpretação.

Referências Bibliográficas:

BOURDIEU, Pierre. La Dominación Masculina. RJ: Bertrand, 2002. Disponível na internet via: <http://www.4shared.com>.

SCOTT, Joan. Gênero: Uma Categoria Útil Para a Análise Histórica. Educação & Realidade, v.15, n.2, jul/dez, 1990. p. 1-35.

SMITH, Stacy L. & COOK, Crystall A. Gender Stereotypes: An analysis of Popular Films and TV. Conference 2008. The Geena Davis Institute on Gender in Media, 2008.

> Luiane Soares Motta / Graduada e Mestranda em História, vinculada a Universidade Federal de Pelotas
E-mail: lulusmotta@gmail.com

Un poco de historia y cultura para todos

Abstracto

Pueblo que no conoce su historia está condenado a repetirla. Por esta razón, el siguiente artículo describe la historia real desde los inicios de la homofobia en América Latina, y todo el proceso que ha sido necesario para conseguir los últimos avances en derecho de las minorías sexuales del sector LGBTI en el mundo, y más específicamente en Colombia. Todo inició con la colonización de los españoles, quienes trajeron su homofobia y su ideología cristiana, destruyendo toda cultura que se opusiera a este paradigma e imponiéndoles sus creencias. A medida que han pasado los años, el proceso de la abolición de la esclavitud y el fin del racismo contribuyeron a que las minorías empezaran a luchar por sus derechos y luego de los disturbios de Stonewall en 1969 en Nueva York, la comunidad LGBTI despertó, e inició la batalla por sus derechos.

Palabras claves: LGBTI, historia, derechos.

Resumo

Um pouco de história e cultura para todos

As pessoas que não conhecem a história estão condenadas a repeti-la. Por esta razão, o seguinte artigo descreve a história real desde o início da homofobia na América Latina, e todo o processo que tem sido necessário para obter o mais recente avanços nos direitos das minorias do setor LGBTI no mundo, e mais especificamente na Colômbia. Tudo começou com a colonização dos espanhóis, que trouxeram sua homofobia e da ideologia cristã, destruindo toda cultura que se opunham a esse paradigma e impor suas crenças. À medida que os anos se passaram, o processo de abolição da escravidão e o fim do racismo contribuíram para que as minorias comessem a lutar por seus direitos e após os motins de Stonewall, em Nova York, em 1969, a comunidade LGBTI acordou, e iniciou a batalha por seus direitos.

Palavras chaves: LGBTI, História, Direitos.

En la época precolombina, antes de la llegada de Cristóbal Colón a América, los nativos del continente tenían respeto hacia la diversidad sexual, los indígenas muchas veces los consideraban como seres especiales dotados y portadores de buena suerte. Esto se puede evidenciar en muchas esculturas de los nativos norteamericanos donde se evidencia una tolerancia y aprecio por las prácticas homosexuales, incluso el travestismo era normal en algunas culturas locales de las actuales tierras mexicanas, donde algunos hombres se vestían y realizaban labores propias de las mujeres. En las tribus de los papagos los jóvenes tenían libertad de elegir su propia identidad sexual en un rito sagrado y en las tribus de zapotecas donde se permitía que los jóvenes nativos despertaran su sexualidad con los muxes, quienes eran jóvenes que realizaban roles femeninos en la comunidad.

Luego de la colonización, hubo una reorganización de la cultura, política, religión, donde obligaban a la conversión al cristianismo a las tribus indígenas, y fue aquí cuando inició la homofobia, acompañada de la discriminación, el racismo, el machismo, interpuesta por los europeos, en este momento los homosexuales pasaron a ser despreciados por el mundo entero. La iglesia católica condenaba cualquier práctica que no estuviera contemplada dentro de su dogma, considerando estas prácticas como pecados mortales, y obras del demonio. Además de esto se dio la Santa Inquisición, donde se erradicaban no solo homosexuales de las tribus indígenas, sino a cualquier persona que tuviera un pensamiento libre, fuera de la ideología cristiana, es decir, científicos importantes, indígenas, entre otros. Estos hechos son los causantes de la homofobia aun latente hoy en día.

La homosexualidad en Colombia fue ilegal hasta el año 1981 donde entró en vigor el Decreto 100, propuesta en el año 1980. Pero antes de que esto ocurriera, tuvieron que ocurrir varios sucesos históricos ya que los homosexuales eran perseguidos, asesina-

dos y muy discriminados. En el año de 1969 se dieron los disturbios de Stone Wall, en Estados Unidos, donde ocurrieron una serie de manifestaciones en contra de una red policial que iba a actuar en contra de la comunidad LGBT, este momento es considerado el nacimiento de lo que hoy se conoce como movimiento moderno PRO-derechos LGBT. En los años 60 se consideraba que los homosexuales padecían de una enfermedad mental, creencia que se mostró como obsoleta en 1973, luego de que la comunidad científica internacional determinara que no era ningún trastorno, hecho que empezó a sentar las bases de la tolerancia.

Aunque estos eventos históricos no ocurrieron en Colombia, surtieron efecto en toda América, donde lo homosexuales empezaban a abrir los ojos en pro de la lucha por sus derechos.

Lentamente se fue avanzando en el tema de la igualdad de derechos, hasta que finalmente en 2008 Nicaragua, país con menor nivel de desarrollo económico en América latina, fue el último país de esta región en des-

penalizar la homosexualidad, gracias a las protestas ocurridas en diversos países del continente en contra de las embajadas de Nicaragua. Hoy en día ha habido un cambio de mentalidad que hubiera sido inconcebible veinte años atrás, la mayoría de los países desarrollados, con altos niveles de educación y tolerancia, tienen leyes que se ajustan a la igualdad y a la protección de la comunidad LGBT. Doce países (Holanda, Bélgica, Canadá, España, Sudáfrica, Noruega, Suecia, Portugal, Islandia, Argentina, Dinamarca y recientemente Uruguay) legalizaron el matrimonio entre personas del mismo sexo, en otros

“ La homosexualidad en Colombia fue ilegal hasta el año 1981 donde entró en vigor el Decreto 100, propuesta en el año 1980

países (Australia, Nueva Zelanda, Colombia, Brasil, Ecuador, México, Francia, Reino Unido, entre otros) existen leyes de unión civil.

Actualmente los derechos LGBT están tomando campo en todo el mundo, y Colombia no se queda atrás. El 17 de Abril del 2008, la Corte Constitucional falló a que las parejas en unión marital de parejas homosexuales pueden acceder a la pensión de sobreviviente y similares a este, en Colombia se le han ve-

nido reconociendo varios derechos a los homosexuales, por esto el territorio es considerado que está modernizándose en comparación con muchos otros países en Latinoamérica. El 28 de Enero de 2009 la Corte Constitucional, decidió la modificación de 42 normas incluidas en 20 leyes aproximadamente, con el fin de equiparar las parejas homosexuales a las heterosexuales. Luego el 11 de Noviembre de 2012, la Corte Constitucional, se discutió la constitucionalidad del artículo 113 del Código Civil que define al matrimonio como exclusivo entre un hombre y una mujer.

Como resultado de esta discusión la Corte Constitucional decidió que la parejas homosexuales conformaban una familia, también que hay un déficit en la protección de derechos a la comunidad LGBT, y por lo tanto le dieron plazo para el 20 de Junio de 2013 al congreso de legislar sobre el matrimonio igualitario en Colombia, en el caso de no ser legislado, el matrimonio igualitario empezaría a aplicar automáticamente a partir de esa fecha, y de esta manera las parejas homosexuales podrán acudir ante un notario para legalizar su matrimonio civil.

Sin embargo, pareciera que el congreso colombiano no estuviera preparado para legislar sobre el tema, ha habido diversos hechos tales como aplazamientos, disturbios físicos entre ponentes, presión por la iglesia, principal opositor a la medida, que está

haciendo todo lo posible para frenar la igualdad, hasta el punto de realizar un contrato con el presidente del senado Roy Barreras para que éste no apoyara

la legalización del matrimonio igualitario. La población en Colombia tampoco está preparada para la igualdad, en el territorio predomina el machismo y la discriminación, es como si se el país se hubiera olvidado de su pasado, y el pasado universal, de a lucha de las mujeres por el derecho al voto, de la lucha de

las razas por finalizar el racismo, de la lucha de Abraham Lincoln para abolir el esclavismo. Los opositores generalmente defienden que la homosexualidad llevaría al fin de la humanidad, y de la moral, debido a que es algo que nunca se ha contemplado y por este camino hay que recordar que la igualdad nunca ha traído problemas, sino por el contrario, siempre ha llevado a una sociedad mejor, incluso hoy en día las personas se impresionan de la discriminación que había en el pasado, independientemente de su razón, siempre se visualiza como un acto de barbarie, cuando en su tiempo, eso era lo “normal”.

Es inevitable que la igualdad ocurra, al final, esta siempre gana, ya que se lleva de la mano con la justicia, en el futuro las personas recordarán cómo se ofendían las personas unas entre otras, cómo ocurrían tantos asesinatos, como ilógicamente la sexualidad de una persona afectaba la relación con esa persona, y les parecerá inconcebible que esto sucediera, existirán incluso burlas, parodias y muchas películas referentes al tema. Pero la pregunta es, ¿Qué tragedia tiene que ocurrir para que nos demos cuenta que es necesaria la igualdad?

> Joel Díaz / Ingeniería Industrial, Universidad del Norte,
Semestre: 6

Correo: jalexander5695@hotmail.com

“ Es inevitable que la igualdad ocurra, al final, esta siempre gana, ya que se lleva de la mano con la justicia

A black silhouette of a person in a dynamic, athletic pose, possibly a dancer or athlete, with one arm raised and bent, and the other arm extended downwards. The figure is centered in the background.

Analyzing Agency and the Heteronormative Male in the Singapore Armed Forces

Introduction

Like clockwork, all able-bodied, pre-adulthood Singaporean males are conscripted into National Service (NS), and by extension the Singapore Armed Forces. Females, on the other hand, are not. Military defense, and by extension, National Service forms one pillar of Singapore's national security concept of Total Defense (MINDEF 2013). Examining National Service beyond its military function gives an added dimension of how it works in the socializing process of Singaporeans – a social tool of the state. Due to the massiveness of this topic, my discussion will narrowly focus on the army as a power structure, including its various forms of power, but most importantly, how such power relations shape the individual – and the notion of the Singaporean Man. The forms of power discussed include: military organization and heteronormativity. I propose that the intersection of these power relations, based in both the army and the state, give rise to the *soldier identity* – a transitory phase for Singaporean males into adulthood. Lastly, the 'queer' soldier reveals itself as individuals who fall through the cracks of these relations of power.

Power Structures

National Service, as an appendage of the state, wields a significant amount of power – the ability to impose one's will upon another (Galbraith 1983:20) – to subjugate all male Singaporeans under its rule. Domhoff in reviewing power structure research, defines it as “the network of people and institutions that stands at the top in any given city or nation on the combination of power indicators it has been possible to utilize (2007:5). Situated at the top of the power structure, the state uses this power to continually propagate its existence through its focus on economic goals and development (Tan 2009:43). Examining how the army in conjunction with National Service is used to further these goals will allow a better understanding of the soldier as an entity subdued by power.

Military organization directly enforces its power over what a soldier can or cannot do through hierarchy, regimentation and discipline. Over time, discipline is able to extract from the masses a relatively uniform obedience to the governing rules (Weber 2009:253-255). Soldiers are trained to obey the rules of the army, and internalize such rules through the routine of disciplined army life.

Reinforcing the dominance of heteronormativity through the army props up the state's idealized Singapore family unit. As a critical component of society, the state's narrative portrays the family unit as young, heterosexual, married, educated, employed, with three or more children (Teo 2010). Heteronormativity is an expansive subject of discourse, but within the confines of this article, it is the congruence between patriarchy, sex, gender, and gender roles seen as the natural state of affairs. Understanding sex and gender simply, Lindsey writes “sex makes us male or female; gender makes us masculine or feminine. Sex is an ascribed status because a person is born with it, but gender is an achieved status because it must be learned (2010:4). Heteronormativity establish masculinity and femininity as tied into the individual's biological sex, thereby legitimizing gendered behavior and heterosexuality as regulated by biological traits rather than regulated through socialization. Combined with patriarchy, it fosters the notion that males, as heads of their nuclear family, have an obligation – a gendered role – to protect their family.

I have put forth only two aspects of power in play: military organization – direct power; and heteronormativity – indirect power. These forms of power relations are mechanisms of control, and by identifying the powers at play, an examination of how these powers impose its dominance upon the individual can be undertaken.

The Solider Identity

Beyond its role to physically protect the country from external threats, National Service serves as a social tool to mold all men into protectors of internal threats, specifically a lack of human capital, through reinforcing the family unit. Ideas of what it means to be one half the family unit shape itself through the soldier identity. At its core, the soldier identity is a performance in constant negotiation between self, society, and state.

Goffman in his writings describes social interactions as performances between individuals, with each individual putting on a “front” that “regularly functions in a general and fixed fashion to define the situation for those who observe the performance” (1959:30). The soldier displays the soldier identity insofar as a manifestation of social requirements of him. What the state and society expect out of this performance may converge at times while diverge at others junctures. For the state, the role of a Singaporean man exist nothing more but as the external and internal protectors of Singapore’s security. Soldier. Husband. Father. Breadwinner.

The state sets the stage up through the “SAF Core Values¹,” and repeatedly drilled into the soldier upon enlistment; soldiers externalize these values through the performing the soldier identity. Other ideals of how a soldier should perform are socialized through the positive feedback cycle of inter-generational families, with fathers, brothers, cousins regaling tales of their National Service to younger generations – adding historical and societal meaning to the soldier identity.

Critically, society expects all its soldiers to put the needs of society above themselves, leading to an invisible prison of preconceived actions that society considers non-soldier like, especially the public behavior of a soldier in uniform. Whether due to the

threat of censure or a personal desire to emulate the society’s soldier ideal, the soldier internalizes these societal perceptions and adjusts his performance while in the public sphere accordingly. The core of the soldier identity exists as a foundation block for the conceptualization of Singaporean males, where post-trained men have the expectation to protect their immediate family unit, and by extension their societal family.

By exerting power on males to internalize the soldier identity, the army discounts male agency in shaping their own identity separate from the state’s idealized version of a Singaporean man. The introduction of homosexual discourse, including non-masculine identities bring about a challenge to these entrenched male identities.

Army Hierarchy and Performance

The Singapore Army rank hierarchical structure bears similarities to a caste system, a system that restricts soldiers to different castes based upon various factors, where rank progression only exists within the limits of your caste. These three castes are the officers, non-commissioned officers, and the enlistees. In each of these castes, the soldier identity varies due to the power allocated to various ranks, and performance is renegotiated when transitioning ranks. Once assigned into one of these castes, the chances of movement between castes are almost zero, additionally, these rigid castes apply to individuals who decided on the army as a career, rather than a conscription act. Therefore, it is common to see young conscripts outranking their older subordinates, leading to interesting interactions based upon power versus experience. If you hold an enlistee rank, the lowest caste, there is almost no chance of ever progressing out of the caste.

Furthermore, different vocations also imply different perceived ability of the soldier, revealed partly through the allowance allocated by the army.

1 The SAF Core Values are: Loyalty to Country, Leadership, Discipline, Professionalism, Fighting Spirit, Ethics, Care for Soldiers, Safety (MINDEF 2010).

Allowance appears dependent on multiple factors, which include how dangerous, how involved in direct combat related scenarios and how physically tough the training for your job scope is. From a simple framework, Officer Commandos are provided one of the highest allowances for their service, and on the other end of the spectrum lay Enlistee Administrative Assistants and Store-men. Beyond allowances, societal meanings are associated to vocations, where non-combat related soldiers do not constitute real soldiers and in turn, incapable of displaying soldier identity.

The interplay between the caste and vocation of a soldier forms the physically manifested part of the soldier identity, where an implicit understanding to the wholeness of his soldier identity characteristics exists which are assumed from the physical aspects of the identity. Queer soldiers, due to their deviance from the male-masculinity required for the soldier identity, are relegated to physical positions (rank and vocation) thought incapable of displaying soldier identity – through administrative policy that sieves out non heteronormative males.

The Queer Soldier

To my understanding, effeminate behavior, homosexuality, trans-sexuality and other conceptions of gender and or sexuality not conformed to heteronormative roles lie under Category 302. I may be wrong, for public documentation regarding this exact doctrine does not exist; the following will be based upon informal accounts (Lim 2002, Boey 2010). Unfortunately, there is simply a lack of academic work done in this area to examine.

Discourse about homosexuality, gender identity and sexual orientation, for now receive an overall blanket cover of unwarranted behavior through the general Category 302. Category 302 is simply army doctrine that details the process of handling and assigning queer males. The problem with this categori-

zation lies with how it generalizes all queer males as lacking the ability to perform the soldier identity. As a Category 302 status soldier, one is automatically relegated to the enlistee caste and most certainly placed into a non-combat vocation, the category lacking of physical soldier identity. Do note that Category 302 soldiers likely form a small percentage of non-combat roles.

Speculatively, the army deals with soldiers who might fall under Category 302 status in a relatively respectful, yet discriminatory way. Prior to enlistment, men have the option to inform the army doctor about their sexual preference. The medical doctors simply follow the doctrine and evaluate each man on a case-by-case basis. A set of general questions are asked to determine what sort of non-masculine behavior the soldier performs, and additionally, the doctor will interview a parent of the soldier. Throughout this process, the doctor respects the soldier's personal rights, whereby, should the soldier choose not to reveal his homosexual status to his parent, the doctor will not do so. Additionally, it seems that the doctors take all the time necessary to inform the soldier about the regulations of the army and answer any questions that the soldier might have. Furthermore, the knowledge of the soldier's Category 302 status is not known to anyone except the soldier's medical officer and direct superior. To my understanding, superiors within the army system are aware that Category 302 soldiers exist, and as long as these soldiers are within their jurisdiction, they have no reason to treat them any different than a regular soldier. Although discrimination occurs at the structural level for Category 302 soldiers, a topic for exploration is whether at an inter-personal level, they are treated any different.

The vitriol directed at the army for discriminatory policies by queer males is understandable. It is the anger directed at policies that fail to acknowledge the equal treatment of all regardless of sexual orientation, or is the anger directed at policies that

prevent queer masculine males from performing the soldier identity should they reveal themselves as gay, or for not being considered as a relevant part of the national narrative. There are most definitely instances where non-declared Category 302 soldiers enlist, perform the soldier identity and complete their National Service without a hitch. Thus it begs the question of why queer masculine males want the option to fulfill the soldier identity, which they would never be allowed to should they declare their homosexual status.

My generation has grown up in a time of relative peace, and most see the army as an ancient institution that slows down our progress in life. After all, what sort of external physical threats exist to compromise the peace and safety we enjoy as a country? Men from my generation see the army as a chore, some even joking of falsely declaring Category 302 status to result in not having to perform the soldier identity. I hardly see why one should desire to perform the soldier identity when many do not want to yet lack the options to do so. I speculate that homosexual men accept structural discrimination in exchange for not having to perform the soldier identity thereby retaining individual agency in a heavily masculine desired setting, retaining their gender identity.

Discipline and the Soldier Identity

The construction of Singaporean male-masculine identity might stem from the army, which systematically breaks down notions of prior personal identity to construct the soldier identity within all. Very visibly, the Singaporean Army upholds a convenient policy of discrimination towards queer people. However, looking at the Singapore Army within the context of the Singaporean society might paint a contrasting view towards the construction of gender identity. Since all Singaporean males go through the process of the army, the army exists as a branch of the state and insofar, a social tool of the state. The ultimate goal of the army lies in nation building, th-

rough nurturing identity, a Singaporean identity (Lee 2012).

For an army to have a nation to protect, the nation must be sovereign. Literature paints the Singapore army as the great equalizer, uniting males from all races and creed, and all social backgrounds under the guise of national defense, a sense of being Singaporean. To construct the identity, all prior notions of personal identity requires elimination, which takes place during the phase where the soldier is a recruit. In Singapore, men enlist roughly between 18 to 20 years of age, the age range where men are just entering adulthood; through the army, males simultaneously receive a massive alignment of their identity to prepare them for normative male adulthood. The soldier becomes simply a thing, disciplined through the constant mental and physical training, thus easily molded into performing a role, the soldier identity.

Construction of the identity occurs through various methods, including the shaving of the head to near baldness, perhaps a euphemism for the removal of prior identity, the repetition of songs on marches promoting heteronormative characteristics, constant lessons on the value and belief system of the army, and the treatment of a soldier as nothing more than a number. Who or what you once were prior to conscription bears no worth during the tear down and build up of the soldier identity. The soldier identity does take root, for all men are subjugated by it, consciously or unconsciously.

National Service and The Female

National Service is construed as a rite of passage into male adulthood (Lee 2012; Leong 2013), within an environment that lacks females. The rhetoric is strange, for it shuns the notion that females need a transition into female adulthood, in contrast to men. Indirectly, patriarchy reinforces itself through a societal lens that indirectly views males as adults, while females not. Discipline and the ideal family are

highlighted when army commanders reinforce the rhetoric that a soldier must treat his rifle like his wife. The soldier has to take good care of his rifle, has to clean her well, never let her out of his sight, sleep with her and hug her tight; where failure to treat her as well as a hetero-normative man, leads to severe punishments for the soldier. Logically, the army simply reinforces male hegemonic domination of society for the purpose of nation building through instilling a heteronormative identity, with males in the positions of command; thereby shaping the soldier identity, and nourishes the seeds of patriarchy. Subtly, the army spreads rhetoric through social discourse and through its training that enforces the Singaporean male-masculine, where Singaporean men are portrayed as more mature than their female counterparts, and trained into good husbands, and thus fathers, knowing how to treat a woman 'right'.

The cyclical nature of National Service helps reinforce the male identity in traditional family structures for fathers, brothers, cousins will all teach their loved ones how to survive and go through National Service, creating a positive feedback support loop of self reinforcing identity construction; where the identity is shaped directly by the soldier's family and indirectly through society, forming the basis for how a hetero-normative man should perform his role in society.

The Singapore Family

The interplay between National Service, male-masculine identity, and soldier identity possibly stems from the family unit. This obsession with the family unit, centered around the male, probably stems from multiple factors:

A national crisis motive narrative through a focus on survival emerging out of Singapore's independence (Ortmann 2009:23). Singapore is a small nation and when it gained independence, many other countries believed that the country would fail. Thus,

Singaporeans worked hard, and the state shaped policies around the family unit, placing emphasis on the future of Singapore, and the children of the future. While invoking its citizens to work hard, the state too placed an emphasis on the communal unit and in doing so shaped male identity around protectors and providers of the future.

Due to the highly improbable rise of Singapore's economic success, trying to identify why such an identity was needed and has resonated till today might have some difficulty. In trying to understand why policies and ideologies are shaped in this manner, it possibly emerged out of Singaporeans being the only resource of the country, and thus each Singaporean has a high economic worth whose actions determined the economic success of the nation. Where other countries have natural resources that can be tapped into, Singapore has none. Thus, developing and investing in human capital remain a high priority (Lee 2013). Ensuring a steady stream of human capital emerged as both a means of survival, and a means of ensuring the future stability of the nation. At the time of Singapore's independence, Singapore was an underdeveloped country, and only traditional forms of copulation would lead to the production of human capital. Therefore, the state placed a significant emphasis on the cultivation of the family unit and the education of children, simply the propagation of human capital.² The soldier identity leads to Singaporean male masculinity are simply tools and the function of society's sum parts to exist and contribute to the entire success of the country.

Discussion

Extensions of this discussion must definitely include the political and racial dimension of

² Human capital translates to the economic value of an individual. It can be argued that in the late 1960's the state's population control policies of stopping at two children runs contrary to my argument. However, it is my view that due to scarce resources, having less births then could correlate to greater human capital investment per capita.

Singapore's society. Although I portray National Service in this static functionalist vein, the patterning of soldier identity is more dynamic in nature. This is a byproduct of not examining the various forms of power, for although power has remained constant over the years, the method and type of power applied to achieve the same aims have modulated across time. Without considering the dynamism of how power adjusts itself to maintain its stranglehold, therein lies the difficulty of quantifying the soldier identity. Sexism as significantly present in the army, as an aspect of heteronormativity, was not discussed.

Conclusion

Due to the still prevalent dichotomous nature of the family unit, queer males are currently outside of the purpose of the soldier identity for they do not appear to have a use value to the state through the family unit. National Service acts as a visible structure of power to discriminate against queer males, while the legitimization of the traditional family unit by the state for the future success of the country acts as the underlying power structures that oppress effeminate men within society itself. Sex, gender and sexuality still bundled concepts within Singapore society, where male/masculine/straight fall on one side and female/feminine/straight the other. Singapore is still relatively culturally conservative. Gender identity exists as a topic for discussion within society, but is stereotyped as gays and/or homosexual behavior, yet there is a plethora of discourse available. As they fall outside the needs of society, queer males might have a greater agency to shape their identity individually, free from the soldier identity.

Queer males are discriminated by society, while masculine men are discriminated through society. Ironically, queer soldiers in reality have the greatest agency to exert agency over their own identity in society as they are not the true target group of individuals that face true structured discrimination, of the army and of Singapore – the category of Singaporean

heterosexual masculine men, in other words, men who perform the soldier identity.

References

- Boey, David. With Pride We Lead: Gays in the Singaporean Military. Available at: kementah.blogspot.com/2010/12/with-pride-we-lead-gays-in-singaporean.html, December 2010.
- Domhoff, William. C. Wright Mills, Floyd Hunter, and 50 Years of Power Structure Research. *Michigan Sociological Review*, vol. 21. p. 1-54, 2007.
- Goffman, Erving. *The Presentation of Self in Everyday Life*. Penguin Books 1959.
- Galbraith, John Kenneth. *The Anatomy of Power*. Corgi Books. 1985.
- Lee, Hsien Loong. Speech by Prime Minister Lee Hsien Loong at the NS45 Commemorative Dinner. Available at: http://www.pmo.gov.sg/content/pmosite/mediacentre/speechesinterviews/primeminister/2012/October/speech_by_prime_ministerleehsienloongatthens45commemoratedinne.html#.Umm1WvmsiSo, October 2012.
- Lee, Hsien Loong. Prime Minister Lee Hsien Loong's National Day Rally 2013. Available at: http://www.pmo.gov.sg/content/pmosite/mediacentre/speechesinterviews/primeminister/2012/October/speech_by_prime_ministerleehsienloongatthens45commemoratedinne.html#.Umm1WvmsiSo, August 2013.
- Leong, Chan-Hoong et al. Singaporeans' Attitudes to National Service. Institute of Policy Studies, Lee Kuan Yew School of Public Policy, National University of Singapore. Available at: http://lkyspp.nus.edu.sg/ips/wp-content/uploads/sites/2/2013/04/NS-study-8-Oct-2013_web.pdf, October 2013.
- Lim, Chi-Sham. Serving Singapore as a gay man – Part 1. Available at: www.yawningbread.org/guest_2002/

guw-80.htm. September 2002.

Lim, Chi-Sham. Serving Singapore as a gay man – Part 2. Available at: www.yawningbread.org/guest_2002/guw-81.htm. October 2002.

Lindsey, Linda L. Gender Roles: A Sociological Perspective. Pearson. 2010.

Ministry of Defence (MINDEF). Total Defence. Available at: www.mindef.gov.sg/imindef/key_topics/total_defence.html. Updated: 10/01/2013

Ministry of Defence (MINDEF). The SAF Core Values. Available at:

www.mindef.gov.sg/imindef/mindef_websites/atoz-listings/saftimi/units/cld/keyideas/corevalues.html . Updated: 24/07/2010

Ortmann, Stephan. Singapore: The Politics of Inventing National Identity. Journal of Current Southeast Asian Affairs, vol 28(4), p. 23-46, 2009.

Tan, Sam. Strategies of the PAP in the New Era. East

Asian Policy, vol. 1(4), p. 42-47, 2009.

Teo, Youyenn. Shaping the Singapore Family, Producing the State and Society. Economy and Society, vol. 39(3), p. 337-359, 2010.

Weber, Max. Ed. H. H. Gerth and C. Wright Mills. From Max Weber: Essays in Sociology. Routledge. 2009.

> John Wu / College of Wooster, majoring in Economics and Sociology
> Email: jwu15@wooster.edu

CONCURSO IMAGEM DA CAPA

Se você é artista e gostaria de ter seu trabalho publicado na capa da revista e ter seu desenho visto pelo mundo, nos envie sua ideia até o dia 31 de dezembro.

Acesse nosso site e veja como participar:
www.revistageracaoz.com.br





Um bate papo sobre gênero, profissão e sonhos

Nome: Giselle Gaultier

Idade: 25 anos

Orientação Sexual: Transexual

Cidade onde reside: Pelotas/RS





Revista Geração Z – De que forma tu vivenciou o processo de auto-afirmação/descobrimento?

Giselle – Desde pequena já tinham em mente quem eu era, já tinha ideia do que eu queria pra mim. Mas eu esperei completar 18 anos para me auto-afirmar, conforme foi passando o tempo eu fui me preparando para as dificuldades que eu iria enfrentar lá fora e afirmando minha identidade. E criar coragem pra minha mãe ouvir de mim e não dos outros.

RGZ – Em relação à família, amigos e sociedade em geral. Como foi o comportamento a partir da descoberta da tua orientação e identidade de gênero?

Giselle – Algumas amizades eu perdi, depois que

me assumi foi bem complicado porque algumas pessoas acabaram se afastando e tal. Na família foi tranquilo, minha mãe já desconfiava os vizinhos comentavam com ela, mas ela esperou ouvir de mim. O processo na sociedade foi complicado (risos). Acho que as coisas acontecem da maneira que tu te comporta. Lá no Jardim América sofri bastante preconceito por parte da gurizada de forma geral, toda gurizada é assim, mas aqui (Pelotas) nunca sofri nenhum tipo de preconceito.

RGZ – Que atividades profissionais tu desenvolve no dia a dia, quais são teus sonhos?

Giselle – Faz um mês que estou tendo a oportunidade de trabalhar na câmara de vereadores como estagiária, voltei a estudar agora, depois de um período parada. Quero concluir o médio e depois fazer faculdade de jornalismo. Parei de estudar porque o pessoal ficava muito em cima, direto. Assédio do qual me incomodava de certa forma. Daí acabei enrolando e tal. Fiquei dois anos sem estudar.

RGZ - Tu é artista né? Conta como é o processo das apresentações e como começou?

Giselle – Tudo começou a partir daí, pelos shows. Antigamente eu só me montava (me vestia de mulher) apenas para os shows. Daí eu ganhei o título top drag da cidade, e alguns outros títulos, nesses concursos que são realizados em boates. E graças a essas oportunidades, dos proprietários que apostaram no meu trabalho e que fui sendo reconhecida. Depois daí comecei meu processo de transformação, isso não demorou muito. Em relação aos shows acho legal, acho interessante o processo de criação dos figurinos, e aqui na cidade não tem muitas pessoas que fazem isso, por isso ainda continuo, não

com o mesmo estímulo do começo, porque incentivo não se tem nenhum por aqui, as pessoas não valorizam o trabalho de um artista. Não pensam no que se gasta pra elaborar uma performance, e na maioria das vezes querem shows de graça, ou trocar shows por bebidas, e eu como não bebo bebidas alcoólicas, não aceito certos convites.

RGZ - Quais são os teus maiores desafios na vida artística?

Giselle – Sempre tem aquele nervosismo, sempre ouvi falar que enquanto ele existir, ainda existe entrega no que se faz. Tento sempre melhorar, fazer melhor do que eu posso, dou sempre o melhor de mim, se não estou preparada acabo não realizando.

RGZ - Quais são os teus sonhos?

Giselle - Isso é muito pessoal, mas com certeza não realizei metade deles. (silêncio seguido de gargalhadas).

RGZ – Quais são teus sonhos na vida profissional então?

Giselle – Quero ser bem reconhecida na área em que eu estiver trabalhando. Meu desejo é fazer faculdade de jornalismo. A área da comunicação é bem interessante e eu gosto. Na verdade eu queria fazer educação física, mas hoje em dia virou modinha e vejo as pessoas não exercendo isso. Isso talvez tenha mudado meus planos.

RGZ – Te defina em uma palavra!

Giselle – Determinada! Muito determinada.

RGZ - Porque Giselle é determinada?

Giselle – Pra mim tem que dar tudo certo. Eu tenho que correr atrás, eu tenho que chegar lá. Eu não aceito que as coisas não aconteçam. Por vezes acho até que isso me atrapalha um pouco.

RGZ - Que trabalhos tu desenvolve? Faz parte de alguma organização?

Giselle – Eu faço parte da Associação LGBT de Pelotas. A gente trabalha diretamente com homofobia, não desenvolvemos diretamente o trabalho com DST. Nossa ideia é não rotular muito, que a AIDS só existe no mundo gay, por que ela está também concentrada nos héteros. Aí a gente trabalha com a discriminação e homofobia. Tanto é que na parada tu não vê quase o assunto da AIDS por exemplo.

RGZ – Como a associação se organiza? Quais as atividades que desenvolve?

Giselle - Sou a secretaria da associação. Ela tem eleição de 3 em 3 anos para eleger nova diretoria. Ela desenvolve trabalhos sobre homofobia como te falei, organiza concursos, organiza a escolha da corte gay do carnaval e a tradicional Parada Gay de Pelotas.

RGZ – Qual tua opinião sobre a parada gay atualmente?

Giselle – Acho que é importante para conscientizar a sociedade. Só que tem muita gente que vai lá ver os gays, dizem que amam os gays, idolatram os gays, só que no outro dia estão te chamando de alguma coisa na rua, sendo preconceituoso. Daí não sei se é muito válido. Ajuda um pouco. Acho que é visto muito como carnaval fora de época.

RGZ - Tu morava em uma cidade que pode ser considerado do interior em relação a Pelotas né? Quais diferenças na tua opinião em relação aos moradores.

Giselle – Lá é mais interior mesmo. Tem cabeça mais fechada, só se vive naquele mundo de lá. Talvez por viverem aquela rotina e não quererem evoluir, por isso choca mais. Aqui é mais tranquilo. Choca também, mas não é tanto.

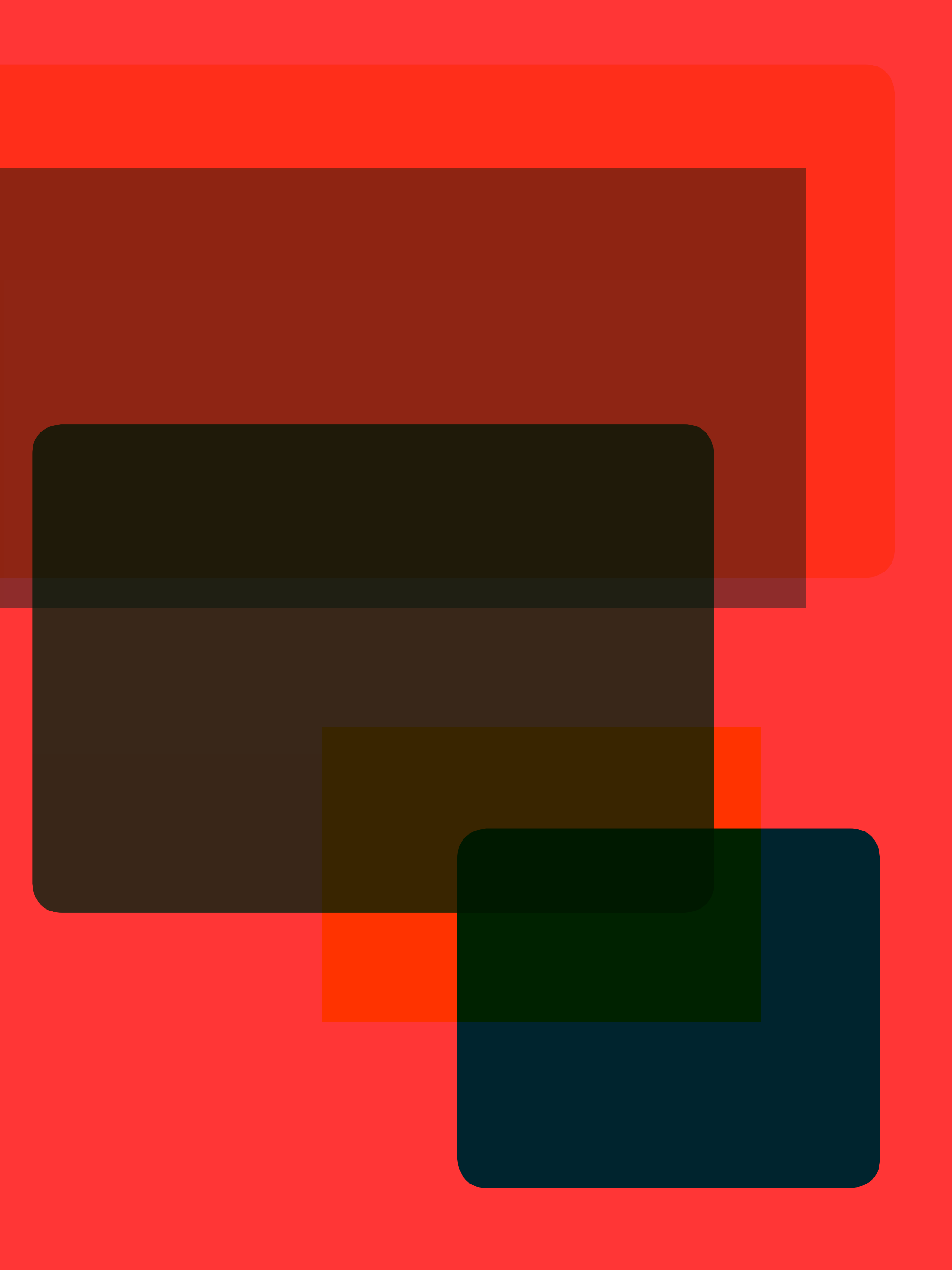
RGZ – Para finalizar, faça o convite, indique o site da qual a associação divulga seus trabalhos.

Giselle - Acompanhe nosso trabalho pelo facebook da Associação LGBT de Pelotas:

<https://www.facebook.com/algbtpelotas> ou pelo site que agora disponibiliza também a primeira rádio LGBT da cidade de Pelotas: <http://lgbtpelotas.org>

Daniel Vergara





Qual política de juventude nós queremos?

deixa o
jovem
falar



Conferência livre *de* juventude

PARTICIPE!



**27 de novembro | 19h |
Câmara dos Vereadores | Surubim**

Realização: Organizações de Juventude da Sociedade Civil - Surubim/PE